

# CONVERGÊNCIA

ISSN 0010-8162

Setembro 2007 • Ano XLII • Nº 405



- Teologia Mariana e Diálogo Ecumênico
- Narrando e Celebrando
- Espiritualidade Bíblica
- Experiência de Deus no Coração da Vida



CRB

# Sumário

EDITORIAL .....	385
PALAVRA DO PAPA .....	389
INFORME CRB .....	392
ARTIGOS .....	399
Teologia Mariana e Diálogo Ecumênico .....	399
JUAN ANTÔNIO RUIZ DE GOPEGUI, SJ	
Narrando e Celebrando .....	413
JOHAN KONINGS, SJ	
Espiritualidade Bíblica .....	422
LUÍS STADELMANN, SJ	
Experiência de Deus no Coração da Vida .....	438
VINÍCIUS AUGUSTO R. TEIXEIRA, CM	

*A ilustração da capa da Convergência de 2007, do artista Anderson S. Pereira, MSC, foi inspirada no livro de Rute, no qual a mulher é protagonista do resgate da vida. A realidade de dor e esperança transpassa o corpo da mulher, símbolo da VRC inserida que vive o mistério de Deus encarnado.*



## CONVERGÊNCIA

Revista Mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB  
ISSN 0010-8162

### DIRETORA RESPONSÁVEL

Ir. Márian Ambrosio, DP

### REDATOR RESPONSÁVEL

Pe. Marcos de Lima, SDB  
(Reg. 12679/78)

### EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO

#### Coordenadora

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

### Conselho Editorial

Ir. Aíla Luiza Pinheiro de Andrade, NJ

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitorio, SJ

Pe. Cleto Calliman, SDB

### DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar

20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2240-7299

Fax (21) 2240-4486

E-mail: [crb@crbnacional.org.br](mailto:crb@crbnacional.org.br)

[www.crbnacional.org.br](http://www.crbnacional.org.br)

Registro na Divisão de Censura e

Diversões Públicas do PDF

sob o nº P. 209/73

*Os artigos assinados são de responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.*

### Assinatura

#### Anual

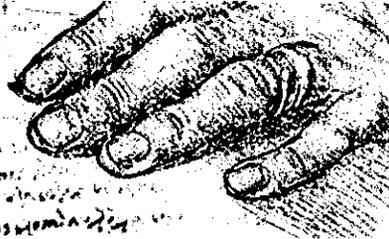
#### para 2007

Brasil: R\$ 80,00

Exterior: US\$ 80,00 ou o correspondente em R\$ (Reais)

Números avulsos: R\$ 8,00 ou US\$ 8,00

# Editorial



## “Diga a esta geração: avance” (Ex 14,15)

A Palavra de Deus é fonte perene de vida para as comunidades cristãs no seu peregrinar histórico. Ela as introduz num processo de aprendizagem e de mudanças que não conhece termo. É dinâmica e está chamada a se fazer verdade no aqui e agora da caminhada, sob a luz do Espírito. Faz germinar a semente mesmo ali onde o chão parece árido e improdutivo. Faz correr a esperança como rio caudaloso que sacia a sede e reverdece a terra em nova primavera, ainda que a estiagem teime em queimar a relva e descolorir os campos. É como a chuva que não volta ao céu sem irrigar a terra e produzir frutos. Suscita *coisas novas* ainda quando a rotina e o cansaço insistam em prevalecer. É farol para os passos vacilantes e luz para os olhos cansados do peregrino. Faz alargar a tenda para acolher o diferente que chega, e convida a levantar o acampamento, porque é preciso avançar e abrir novos espaços.

Em *obediência* a esta Palavra viva, a Vida Religiosa no Brasil acaba de colocar mais um marco referencial na sua caminhada, com a realização da sua XXI Assembléia Geral Eletiva. Com o tema - “Vida Religiosa e Espaços em Transformação” - e o lema - “Diga a esta geração, avance!” (Ex 14-15), religiosas e religiosos de Brasil se reuniram para, juntos, buscarem renovar-se na fonte da Palavra, escutar os

desafios do momento histórico, tratar de abrir novos horizontes para a caminhada e mutuamente animar-se a acolher e seguir a consigna: “avance!”

Num mundo em processo de transformações inéditas e desafiadoras, a tentação do medo e da acomodação paralisante é uma ameaça persistente e falaz. A Vida Religiosa está diuturnamente exposta ao risco de sucumbir e render-se à inércia. Mas a Palavra de Deus a desinstala: “avance!” Avance para além dos limites preestabelecidos pelos cálculos humanos pequenos e egoístas; pela insegurança coletiva, corrosiva de toda audácia evangélica; pela perplexidade e o desconforto que o novo produz. *Avance sobre o abismo* da dúvida, da incerteza, do desconhecido, da imprevisibilidade. Avance numo a *novos espaços* em construção, a novas fronteiras inexploradas, a novos *reengendramentos* de vida.

Nessa perspectiva de lucidez crítica e de audácia evangélica frente às novas situações que vive a humanidade, foi definido o Plano Trienal 2007-2010 da CRB, abrindo um **Horizonte** instigante e promissor para o compromisso das Comunidades nos próximos anos: “*Em meio às profundas transformações e grandes desafios que envolvem a humanidade hoje, ouvimos a Palavra de Deus que nos*

***impele: avancem! (Ex 14,15). Acolhemos esta Palavra como discípulas e discípulos de Jesus Cristo, na mística da encarnação e no testemunho profético a serviço da vida, especialmente a dos pobres e excluídos, partilhando com espírito missionário as razões de nossa esperança***”.

Dentro desse **horizonte**, inserem-se as grandes **opções prioritárias** da Assembléia, no seu desejo de responder ao hoje da Sociedade, da Igreja e da Vida Religiosa no País e de avançar, em obediência à Palavra de Deus, rumo aos novos **espaços em transformação** que caracterizam o atual momento histórico: **– Serviço à vida diante das grandes questões sociais e ambientais; – inserção nos meios populares e em novos espaços de solidariedade e cidadania; – espiritualidade encarnada e profética centrada na Palavra de Deus e na mística do discipulado; – formação inicial e continuada humanizante; – alianças intercongregacionais, redes e parcerias; – novas formas de presença junto à juventude**”.

As Superiores e os Superiores Maiores do Brasil reunidos na Assembléia, em comunhão com nova Diretoria eleita da CRB, com sua Presidente – Ir. Márian Ambrosio –, assumiram o compromisso de dinamizar o Plano Trienal, suscitando a participação e a colaboração das comunidades em todo o País. O caminho percorrido com audácia e lucidez no sexênio anterior, sob a gestão de Ir. Mâris Bolzan e sua Diretoria, criam as necessárias condições de possibilidade para que a Vida Religiosa no Brasil continue a avançar rumo a novos espaços em transformação, num serviço qualificado ao mundo.

Convergência deste mês de setembro quer expressar à Ir. Maris e sua Diretoria o seu mais sincero agradecimento pelo excelente serviço prestado à Vida Religiosa e à Igreja nestes seis

anos, com inteira dedicação, serena firmeza e competência, e com a corajosa vontade de acertar com os caminhos de Deus para seu povo. Quer também augurar à nova Equipe uma gestão sábia e fecunda, sob a permanente inspiração do Espírito. Os artigos publicados este mês, visam contribuir para alentar as comunidades no seu propósito de avançar rumo a novas formas de Vida Religiosa mais evangélicas e evangelizadoras.

“Teologia Mariana e Diálogo Ecumênico”, de Juan Antonio Ruiz de Gopegui, sj, é um artigo extremamente interessante e de enorme atualidade. Nele o autor oferece às comunidades uma documentada e rica visão de teologia mariana em perspectiva ecumênica. A introdução estabelece o objetivo do texto: traçar as grandes coordenadas de uma teologia mariana que possa dialogar ecumenicamente, salientando a importância de tal propósito. Nesse intuito, o autor começa o texto rememorando brevemente o itinerário histórico dos debates conciliares no referente à mariologia, as linhas mestras da teologia mariana da Lumen Gentium e a preocupação ecumênica presente nos debates e na elaboração do capítulo VIII do mencionado documento. Para o autor, a preocupação ecumênica do Concílio não obedecia a um falso irenismo que taticamente escondesse as diferenças, mas ao desejo de fidelidade à Palavra de Deus, para que a devoção a Maria se viva de forma a favorecer a unidade da Igreja de Jesus Cristo. A partir desses elementos históricos e teológicos, o autor desenvolve com extraordinária pertinência alguns tópicos de peculiar relevância para uma teologia mariana aberta ao diálogo ecumênico: – a oração “com” Maria e “com” os santos; – a ênfase em Maria serva mais que em Maria rainha; – o adequado enfoque da relação de Maria com o mistério de Cristo; – a crença universal da Igreja na “santidade” de

Maria, livre do pecado e Imaculada; – a assunção de Maria ao céu. O autor conclui o artigo fazendo uma pergunta crucial para os dias de hoje: “como a devoção a Maria poderá ajudar-nos hoje a anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, para que seja boa notícia para os “novos rostos” da pobreza de que nos falavam recentemente os Bispos reunidos em Aparecida: os desempregados, os refugiados e migrantes, os aidéticos e os tóxico-dependentes, a população de rua, as mulheres vítimas da violência e exploração sexual, os presos e tantos outros?” E sugere “uma meditação contextualizada do Magnificat poderia guiar-nos nesse sentido. E é bom lembrar que o impulso mais fecundo para o movimento ecumênico lhe vem do empenho comum das Igrejas na busca de uma resposta aos urgentes problemas sociais de nosso mundo. Maria ensinará às Igrejas a acolher e anunciar o significado do amor misericordioso de Deus, revelado no Cristo, o poder do braço do Senhor, que derruba do trono os potentados e exalta os humildes, cumula de bens os famintos e despede vazios os ricos (cf. Lc 1, 50 s.)”.

O artigo de Johan Konings, sj – “Narrando e celebrando” – é iluminador e oportuno. Trata de uma questão candente para o compromisso de fé em nossos dias, a questão da identidade cristã. O autor parte de uma constatação instigante e questionadora: “a falta do primeiro discurso da fé e da referência a Jesus”, nos meios católicos e, inclusive, entre estudantes de teologia. Segundo o texto, “numa pesquisa de rua sobre o que as pessoas entendiam *por ser cristão*, só uma entre vinte e cinco mencionou o nome de Jesus. Há séculos que se dá esta coisa fundamental por pressuposta, e de repente se percebe que ela não está aí”. A partir desse dado da observação, o autor apresenta possíveis passos para se chegar a uma

verdadeira compreensão e vivência do ser cristão. Para ele, é preciso partir de Jesus e do feito histórico que ele produziu, e percorrer um caminho semelhante ao da instrução dos primeiros cristãos: querigma, catequese batismal, mistagogia. Nessa perspectiva, o autor focaliza questões relevantes: a pedagogia da iniciação cristã; a falácia de um cristianismo meramente cultural, sem opção consciente por Jesus Cristo; a necessária atualização da mensagem e volta às fontes; a necessária passagem da narração à fé professada, passando pela comunidade; a arte de escutar uma narrativa; o saber e querer celebrar. Tudo isso, segundo o autor, requer tempo, espaço e condições adequadas. “Não se trata somente de um momento no fim de semana (se não temos outros compromissos – festinhas, sítio, praia, etc...). Trata-se de viver nossa cidadania cristã. A iniciação cristã (que nos torna *perfecti*, “per-feitos”, completos) é a participação da Eucaristia inaugurada pelo banho batismal e a unção com a crisma do Ungido, Cristo. Escutar a narração que ouvimos desde o princípio (cf. 1Jo 1,1) pertence à nossa *formatura* como cristãos. É rito e relato, gesto e gesta do povo que Deus elegeu, algo que é maior que nós e a que nos entregamos como ouvintes que fazem acontecer a narração juntamente com o narrador que criou o texto que virou regra (cânon) da comunidade de fé. Tal narração não se ouve com *ouvido mouco*, nem com mente de mero examinador ou de artista em busca de performance... É sacramento. Por isso, seu lugar próprio é na Eucaristia, sacramento por excelência e lugar da plena participação cristã”.

Luis Stadelmann, sj, no seu artigo – “Espiritualidade bíblica” – apresenta em grandes pinceladas uma sugestiva compreensão da espiritualidade que emerge dos textos do Antigo Testamento e do Novo Testamento. Para o

autor, a espiritualidade bíblica tem como componente essencial a vivência da fé e sua explicação teológica no contexto do povo de Deus. O artigo está estruturado em duas partes: – Espiritualidade do Antigo Testamento e Espiritualidade do Novo Testamento. O autor começa a primeira parte do texto lembrando que a espiritualidade do Antigo Testamento está baseada em dois princípios fundamentais da revelação divina: a eleição divina e a aliança sagrada. Com essa premissa, desenvolve o mais característico da espiritualidade do povo eleito, em cada uma das grandes etapas da sua história, começando com os Patriarcas, passando pelo Êxodo, os Profetas, os Salmos, o período pós-exílico e a literatura sapiencial. Na Segunda parte – espiritualidade do Novo Testamento – o autor apresenta uma breve e rica síntese dos elementos característicos da espiritualidade cristã, tais como aparecem nos Sinópticos, nas cartas paulinas e nos escritos joaninos. Para ele, “os temas de espiritualidade abordados no Novo Testamento tratam da experiência cristã no âmbito da piedade coletiva e da devoção individual. Ressaltam a vida interior da comunidade litúrgica, como também de pessoas particulares, e levam em conta atitudes que expressam estados de alma em circunstâncias especiais”. O texto lembra ainda que a espiritualidade bíblica empresta um sentido altamente religioso à vivência da fé comunitária que não se restringe a um padrão unificado, mas abre um leque de experiências do Espírito que guiam e interpretam a existência humana no plano dos acontecimentos e das vicissitudes em que o cristão e a comunidade se vêem envolvidos. O traço marcante dessa experiência é a moção do Espírito que inspira a criatura humana a tender à perfeição.

“Experiência de Deus no coração da Vida” – de Vinicius Augusto R. Teixeira, c.m., é um

artigo oportuno e iluminador, que aborda a sempre atual temática da experiência de Deus na sua relação com vida cotidiana, com o compromisso evangelizador do cristão/ã. O autor parte de alguns pressupostos de ordem filosófica: o próprio sentido de experiência e a questão da transcendência. O argumento central do texto – experimentar Deus no seguimento de Jesus – é desenvolvido a partir de uma leitura do evangelho que mostra a prática de Jesus em relação com o Pai, como norteadora da prática de seus seguidores ao longo dos tempos, e que contempla várias facetas da experiência de Jesus. A primeira delas é a experiência da gratuidade do amor de Deus que se revela de forma fascinante em Jesus. O autor lembra que, “num mundo capitalista, dominado pela lei do mercado, alheio ao valor da gratuidade, torna-se cada vez mais desafiador compreender o mistério do amor de Deus que se manifesta como puro Dom”. A experiência de Deus como diálogo de liberdades é outra faceta apresentada pelo texto. Precisamente nesse diálogo reside a chave da experiência genuinamente cristã de Deus, que no dizer do autor, “consiste em apropriar-se gradativamente da revelação de Deus no cotidiano, identificando-o em seu movimento de proximidade misericordiosa e entrevendo sua presença em meio aos acontecimentos e fatos da vida”. A última parte, do texto sugere caminhos para o aprofundamento da experiência de Deus, destacando a própria consciência de cada pessoa, a oração, o encontro com o outro, os acontecimentos da vida e da história. O artigo conclui reafirmando “o lugar indispensável da experiência de Deus na vida cristã como fonte do seu dinamismo. Quanto maior a irradiação da experiência na concretude da vida, maior a possibilidade de reler os acontecimentos à luz da fé e enfrentar os inevitáveis desafios com serenidade e audácia”.



# Palavra do Papa

## Palavras do Papa Bento XVI para o 93º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado (2007)

### A família migrante

*Caros irmãos e irmãs!*

Por ocasião do próximo Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, olhando para a Sagrada Família de Nazaré, ícone de todas as famílias, gostaria de vos convidar a refletir sobre a condição da família migrante. O evangelista Mateus narra que, pouco tempo depois do nascimento de Jesus, José foi obrigado a partir de noite para o Egito levando consigo o menino e sua mãe, para fugir à perseguição do rei Herodes (cf. Mt 2,13-15). Comentando esta página evangélica, o meu venerado Predecessor, o Servo de Deus Papa Pio XII, escreveu em 1952: «A família de Nazaré no exílio, Jesus, Maria e José emigrantes no Egito e lá refugiados para se subtraírem à ira de um ímpio rei, são o modelo, o exemplo e o apoio para todos os prófugos de qualquer condição que, ameaçados pela perseguição ou pelas necessidades, se vêem obrigados a abandonar a pátria, os queridos parentes, os vizinhos, o afeto dos amigos, e a deslocar-se para terras estrangeiras» (*Exsul familia*, AAS 44, 1952, 649). No drama da Família de

Nazaré, obrigada a refugiar-se no Egito, vemos a dolorosa condição de todos os migrantes, especialmente dos refugiados, dos exilados, dos deslocados, dos prófugos, dos perseguidos. Entrevemos as dificuldades de cada família migrante, as privações, as humilhações, as limitações e a fragilidade de milhões e milhões de migrantes, prófugos e refugiados. A Família de Nazaré reflete a imagem de Deus conservada no coração de cada família humana, mesmo se desfigurada e debilitada pela emigração.

O tema do próximo Dia Mundial do Migrante e do Refugiado – *A família migrante* – coloca-se em continuidade com os de 1980, 1986 e 1993, e pretende realçar ulteriormente o compromisso da Igreja a favor não só do indivíduo migrante, mas também da sua família, lugar e recurso da cultura da vida e fator de integração de valores. São tantas as dificuldades que a família do migrante encontra. O fato de estar longe dos seus familiares e a impossibilidade de se reunirem, muitas vezes são ocasião de ruptura dos vínculos originários. Instauram-se

relações novas e nascem novos afetos; esquecem-se do passado e dos próprios deveres, que são provados duramente pela distância e pela solidão. Se não se garante à família emigrada uma real possibilidade de inserção e de participação, é difícil prever o seu desenvolvimento harmonioso. A Convenção Internacional para a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias, que entrou em vigor a 1 de julho de 2003, pretende tutelar os trabalhadores migrantes, homens e mulheres, e os membros das respectivas famílias. É reconhecido o valor da família também no que diz respeito à emigração, fenómeno que já se tornou estrutura das nossas sociedades. A Igreja encoraja a ratificação dos instrumentos internacionais legais destinados a defender os direitos dos migrantes, dos refugiados e das suas famílias, e oferece, em várias das suas Instituições e Associações, aquela *advocacy* que se torna cada vez mais necessária. Foram abertos, para esta finalidade, centros de apoio aos emigrantes, casas para os acolher, escritórios para serviços às pessoas e às famílias, e foram animadas outras iniciativas para responder às crescentes exigências neste campo.

Já se está a fazer muito pela integração das famílias dos imigrados, mesmo se ainda há muito para fazer. Existem dificuldades efetivas relacionadas com alguns «mecanismos de defesa» da primeira geração emigrada, que correm o risco de constituir um impedimento para

uma ulterior maturação dos jovens da segunda geração. Eis por que se torna necessário predispor intervenções legislativas, jurídicas e sociais para facilitar tal integração. Nos últimos tempos aumentou o número das mulheres que deixam o próprio País de origem em busca de melhores condições de vida, em vista de perspectivas profissionais mais prometedoras. Mas não são poucas as mulheres que se tornam vítimas do tráfico de seres humanos e da prostituição. Quando as famílias se voltam a reunir, as assistentes sociais, sobretudo as religiosas, podem prestar um serviço de mediação apreciado e que merece ser cada vez mais valorizado.

Em tema de integração das famílias dos imigrantes, sinto o dever de chamar a atenção para as famílias dos refugiados, cujas condições parecem piorar em relação ao passado, também no que se refere precisamente à reunificação dos núcleos familiares. Nos "campos" que lhes são destinados, às

dificuldades de alojamento e das pessoas, relacionadas com os traumas e com o *stress* emocional devido às trágicas experiências vividas, por vezes junta-se até o risco do envolvimento de mulheres e crianças na exploração sexual, como mecanismo de sobrevivência. Nestes casos é necessária uma atenta presença pastoral que, além da assistência capaz de aliviar as feridas do coração, ofereça um apoio da parte da comunidade cristã capaz de restaurar a cultura do respeito e de fazer redescobrir o verdadeiro valor do amor. É necessário encorajar quem

**A Convenção  
Internacional para a  
proteção dos direitos de  
todos os trabalhadores  
migrantes e dos  
membros das suas  
famílias, que entrou em  
vigor a 1 de Julho de  
2003, pretende tutelar  
os trabalhadores  
migrantes, homens e  
mulheres, e os membros  
das respectivas famílias.**

---

está interiormente destruído a recuperar a confiança em si mesmo. Depois, é necessário comprometer-se para que sejam garantidos os direitos e a dignidade das famílias e lhes seja garantido um alojamento correspondente às suas exigências. Dos refugiados deve-se pretender que cultivem uma atitude aberta e positiva em relação à sociedade que os acolhe, mantendo uma disponibilidade ativa às propostas de participação para construir juntos uma comunidade integrada, que seja «casa comum» de todos.

Entre os emigrantes há uma categoria que deve ser considerada de modo especial: é a dos estudantes de outros Países, que se encontram distantes de casa, sem um adequado conhecimento da língua, por vezes sem amizades e muitas vezes com uma bolsa de estudos insuficiente. Torna-se ainda mais grave a sua condição quando se trata de estudantes casados. Com as suas Instituições a Igreja esforça-se por tornar menos dolorosa a falta do apoio familiar destes jovens estudantes, e ajuda-os a integrar-se nas cidades que os acolhem, pondo-os em contacto com famílias prontas a hospedá-los e a facilitar o seu recíproco conhecimento. Como tive a oportunidade de dizer noutra

ocasião, ajudar os estudantes estrangeiros é «um importante campo de ação pastoral. De fato, os jovens que deixam o seu País por motivos de estudo vão ao encontro de não poucos problemas e sobretudo correm o risco de uma crise de identidade» (15 de dezembro de 2005).

Caros irmãos e irmãs, que o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado se torne uma ocasião propícia para sensibilizar as comunidades eclesiais e a opinião pública para as necessidades e os problemas, assim como para as potencialidades positivas, das famílias migrantes. Dirijo de modo especial o meu pensamento a quantos estão diretamente relacionados com o vasto fenômeno da migração, e a quantos empregam as suas energias pastorais ao serviço da mobilidade humana. As palavras do apóstolo Paulo «*caritas Christi urget nos*» (2Cor 5,14) os estimule a comprometerem-se preferencialmente pelos irmãos e irmãs que têm mais necessidade. Com estes sentimentos, invoco sobre cada um de vós a assistência divina e a todos concedo com afeto uma especial Bênção Apostólica.

Vaticano, 18 de outubro de 2006

**BENEDICTUS PP. XVI**

# Informe CRB

## 1. XXI Assembléia Geral Eletiva Extraordinária da CRB

Nos dias 16 a 20 de julho/07, no Liceu Coração de Jesus, em São Paulo/SP aconteceu a XXI Assembléia Geral Eletiva Extraordinária, da qual participaram cerca de 600 religiosos de todo o País. A Assembléia desenvolveu o tema: **Vida Religiosa e Espaços em Transformação. Teve como lema motivador: "Diga a esta geração, avance" (Ex 14,15).**

Nas palavras de abertura assim se expressou Ir. Maris Bolzan, SDS:

*"Muito nos alegra ver aqui ampliada, a Tenda da VRC - a CRB, abrindo seu espaço, acolhe o que sem dúvidas, o Senhor vem suscitando: um novo tempo de comunhão, gestando uma nova consciência eclesial mais fraterna e sororal, de colegialidade mais efetiva, na pertença ao Povo de Deus. Somos discípulos/as e missionários/as de Jesus Cristo para que nele, nossos povos tenham vida. Esse discipulado na Igreja, para a humanidade, é um grande desafio - um horizonte a ser por nós perseguido.*

Iluminada pelo ícone bíblico da Tenda itinerante, a XX Assembléia Geral assumiu para o triênio, o desafio de imprimir qualidade evangélica à VRC nos novos tempos, colocando em

evidência a importância de repensar a identidade e a prioridade da missão da vida religiosa consagrada.

À luz deste grande Horizonte inspirador buscamos:

Afirmar e impulsionar uma VRC como sinal do Reino de Deus com traços bem definidos de uma identidade que a potencialize com as características evangélicas:

- da opção preferencial pelos pobres, em aliança e inserção no meio deles;
- do compromisso com a causa da justiça e da paz;
- forte no testemunho da profecia, na partilha solidária e compromisso com excluídos;
- construtora de novas relações de gênero, etnias, gerações e ecológicas e intereclesiais.

Uma identidade animada por uma espiritualidade visceralmente ligada à missão, explicitada como mística enraizada na Palavra de Deus, centrada no seguimento de Jesus Cristo, em vista de sustentar a coragem, para responder aos desafios, operar mudanças que urgem os novos tempos e de posicionar-se com determinação diante das situações de injustiça.

Pede maior audácia missionária – anunciar o evangelho da vida nas situações de fronteira, mundo urbano, *ad gentes* e em realidades emergentes e avançar na construção de redes e parcerias.

Potencializar uma formação humanizante, na perspectiva do discipulado e da presença profética e esperançosa, consciência crítica e discernimento evangélico.

Maior flexibilidade institucional – adequar-se e operar as mudanças exigidas pelos novos tempos.

A preparação para esta XXI Assembléia remonta a dezembro/2005 na reunião da Diretoria e março/2006 junto aos Institutos e Regionais. Foi consolador constatar a ativa e efetiva participação da VRC, em todo o processo. Agradecemos a todas e a todos a colaboração e o compromisso. Para nós da Nacional, foi nos dado conhecer pessoalmente, o lugar onde grande parte de nossas comunidades religiosas vivem sua missão, encarnadas em distintos espaços e realidades, servindo a vida. Esta foi uma das graças, que de graça recebemos.

O Documento Base deixa entrever o semeado e recolhido no Triênio e com olhar prospectivo, sinaliza para VRC, os possíveis rumos incentivando-a a avançar com pés no chão, em tempos de profundas transformações que desafiam nossa fidelidade, criatividade e fecundidade carismática.

O Tema: VR e novos espaços em transformação – nos recorda que estamos num tempo

**Potencializar uma formação humanizante, na perspectiva do discipulado e da presença profética e esperançosa, consciência crítica e discernimento evangélico.**

de transição e aponta pelas muitas travessias que ainda teremos que processar lançando-nos ao imprevisível dos novos espaços. Sem elas, não poderemos enveredar por novas trilhas e contribuir na construção de um novo paradigma cultural fermentado pelos valores evangélicos, que somos chamadas e chamados a visibilizar pelo testemunho coerente de nossas vidas. Diga a esta geração, avance!

Temos como objetivo: Ampliar os espaços da Tenda da VRC no Brasil, intensificar os laços de comunhão, partilhar, dons, carismas e serviços e num processo co-responsável e participativo buscar e definir meios e caminhos para avançar na configuração de uma VR místico-profética, capaz de sinalizar para o mundo a presença do Reino de Deus.

Desejamos que esta, XXI Assembléia, seja uma festa das tendas nos colocando na dinâmica da itinerância. Em torno de nossas tendas, vamos dilatar os espaços, esticar as lonas, alongar as cordas, firmar as estacas, pois à direita e à esquerda iremos transbordar, como bem nos lembra Isaías (Is 54,2-3). A dinamicidade histórica aponta para horizontes a serem descortinados. A situação do povo hebreu obriga a arriscar, pois tinha diante de si o mar ameaçador e atrás o exército enfurecido do faraó que se aproximava.

Juntas e juntos, vamos discernir e escolher as grandes linhas iluminadoras, para o triênio 2007-2010 e eleger as irmãs e irmãos que irão animar a VRC como membros da Diretoria, Conselho Superior e Conselho Fiscal”.

**Presidente:**

- Ir. Márian Ambrosio, DP

**Diretor 1º Vice-Presidente:**

- Irmão Paulo Petry, FSC

**Diretora 2ª Vice-Presidente:**

- Ir. Célia Aparecida Bahú, CP

**Diretor 3º Vice-Presidente:**

- Pe. João Geraldo Kolling, SJ

**Diretora Secretária:**

- Ir. Vilma Moreira da Silva, FI

**Diretor 1º Tesoureiro:**

- Irmão Lauro Francisco Hochscheidt, FMS

**Diretora 2ª Tesoureira:**

- Ir. Lourdes Oro, SDS

**Diretora Conselheira:**

- Ir. Dayse Camelo d'Arce, IMFB

**Diretora Conselheira:**

- Ir. Maria Augusta Oliveira, SMR

**Diretora Conselheira:**

- Ir. Maria do Disterro Rocha Santos, FCIM

**Diretor Conselheiro:**

- Pe. José Carlos Lima, SDV

Queremos comunicar ainda os nomes das pessoas que aceitaram, com disponibilidade, um serviço à CRB, na comunhão gerada pela mística que inspira a participação co-responsável.

**Conselho Superior:**

- Ir. Isaura Raimunda de Lima, MC
- Frei José Rodrigues de Araújo, OFMCap
- Ir. Luiza Belli, IIR
- Frei Moacir Casagrande, OFMCap
- Pe. Roberto Jaramillo, SJ
- Ir. Rosalba Perotti, FMA
- Ir. Roseane Scola, CIIC

**Conselho Fiscal:**

- Pe. Ademar Tramontin, RCJ
- Ir. Eloisa Helena de Resende, CDP
- Ir. Jesumina Borges de Toledo, FSCJ
- Ir. Maria Conceição Ferreira, RSA
- Pe. Marco Biaggi, SDB

A Vida Religiosa Consagrada no Brasil está convidada a assumir junto com as/os eleitas/os o compromisso co-responsável com o serviço de animação a que são enviadas/os, na envolvente solidariedade que caracteriza o sentimento de pertença à CRB.

## 2. Moção da XXI Assembléia Geral Eletiva da CRB Nacional

**Para:**

**Opinião pública nacional e internacional,  
Ministros do Supremo Tribunal Federal  
Articulação das organizações sociais e  
movimentos populares que acamparam  
em Carobó (PE)**

A 21ª Assembléia Nacional da CRB – Conferência dos Religiosos/as do Brasil – congregando no Liceu Coração de Jesus, Largo do Coração de Jesus – Campos Elíseos, em São Paulo nos dias de 16 a 20 de julho de 2007, cerca de 600 Superiores e Superiores Maiores e delegados/as das Congregações e Institutos Religiosos presentes no Brasil, sabendo da luta árdua e justa dos povos indígenas, dos ribeirinhos, quilombolas, sem terra, pequenos agricultores, na bacia do Rio São Francisco em defesa do seu rio; tendo conhecimento dos estudos de expressivos cientistas e estudiosos bem como de lideranças populares de todo o país, em relação à transposição do rio São Francisco, expressa, por meio desta, sua total solidariedade com os movimentos sociais e as entidades de apoio que exigem o cancelamento da transposição do Rio São Francisco e a adoção de outro modelo de desenvolvimento e outra prática

participativa e democrática nas decisões que dizem respeito aos bens da natureza, dádiva de Deus, e ao trato do dinheiro público.

Aguarda, com muita expectativa e confiança na justiça, o pronunciamento final do STF, solicitado pelo próprio Procurador Geral da República. Temos clara consciência de que as autoridades não passarão por cima das irregularidades e suspeitas que o projeto apresenta e espera que possa arquivá-lo definitivamente por ser inadequado às expectativas da nação e do planeta.

Transmitimos nosso encorajamento e compromisso de presença solidária para todas as pessoas de boa vontade, na construção de um país mais justo que respeite a vida de seus povos e sua casa comum, o planeta terra e água. Fazemos nosso grito animado dos povos do velho Chico.

**TRANSPosição NÃO, COMVIVER COM O  
SEMI-ÁRIDO É A SOLUÇÃO!  
SÃO FRANCISCO VIVO – TERRA E ÁGUA,  
RIO E POVO!**

Os participantes da  
XXI Assembléia Geral da CRB  
São Paulo, 18 de julho de 2007

### 3. Documento Final da XVII Assembléia Geral do Cimi

Nós, participantes da XVII Assembléia Geral do Conselho Indigenista Missionário, realizada em Luziânia (Goiás) nos dias 30/07 a 03/08/2007, para definir os rumos da entidade para os próximos dois anos, tendo como tema "Economias e territórios indígenas: tradição, nova realidade, utopia", e celebrar os 35 anos de nosso compromisso com os povos indígenas, estudamos, debatemos e nos posicionamos diante da realidade brasileira e latino-americana.

Celebramos também com muita alegria esses dias de fraterna e solidária convivência, iluminados pela lua cheia e sol abundante, uma brisa leve e uma vibrante

esperança que nos vem do Deus da vida. Tivemos a fortalecedora presença de representantes dos povos indígenas e aliados das pastorais e dos movimentos sociais do Brasil e de outros países.

Lembramos com muito carinho companheiros e companheiras lutadores e lutadoras que nos deixaram nesses 35 anos de luta e compromisso, e os povos indígenas que tombaram na luta por seus direitos. De maneira especial celebramos o testemunho dos que nos deixaram mais recentemente como D. Franco Masserdotti, D. Luciano Mendes de Almeida, Dom Franco Dalla Valle, Maninha Xukuru-Kariri e Dra. Armanda Figueiredo, Sub-Procuradora Geral da República.

Durante esses dias nos debruçamos sobre o contexto brasileiro e latino-americano

e identificamos aí diversos processos políticos e econômicos em curso, ameaçadores aos direitos culturais e territoriais dos povos, comunidades indígenas e amplos setores populares.

A nefasta política macroeconômica neoliberal, a serviço das grandes corporações transnacionais que se abate sobre a Abya-Yala dos povos denominados latino-americanos, busca

o controle total dos territórios de camponeses e indígenas e dos recursos naturais. A agressividade do capital ameaça os direitos e a vida dos povos e das populações do campo.

O Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, um projeto onde as dimensões

humana, social e de futuro estão ausentes, desterritorializado, com a previsão de um elenco de obras de infra-estrutura como a transposição das águas do rio São Francisco, a construção das hidrelétricas que atingem terras indígenas, a exemplo de Belo Monte no rio Xingu/PA, Jirau e Santo Antônio no rio Madeira/RO, do Complexo do rio Juruena/MT e Estreito no rio Tocantins/MA, atendendo a poderosos interesses econômicos, atropela os direitos dos povos indígenas e das populações rurais e violenta a natureza.

O agronegócio, apoiado pelas políticas governamentais, que se caracteriza pelos monocultivos para o mercado internacional, pelo uso intensivo de produtos químicos (agrotóxicos, adubos), pela mecanização pesada, pelas tecnologias totalitárias e agressoras

#### **A agressividade do capital ameaça os direitos e a vida dos povos e das populações do campo.**

---

à biodiversidade, paralisa a demarcação das terras indígenas e mantém a concentração fundiária.

O avanço do desmatamento praticado por fazendeiros, grileiros e madeireiros na Amazônia brasileira e nos países limítrofes significa uma ameaça permanente aos mais de 60 povos que se encontram em situação de isolamento.

As fronteiras, constantemente invocadas contra os direitos dos povos indígenas são geradoras de violência para as populações que ali se localizam, devido à militarização, o contrabando, e o narcotráfico.

Cresce assustadoramente a violência contra os povos indígenas, com características de genocídio como no Mato Grosso do Sul, onde somente neste ano foram assassinadas 21 lideranças dos povos Guarani Kaiowá e Terena.

Submetidos a séculos de preconceito e discriminação, muitas vezes expulsos de seus territórios tradicionais, diversos povos indígenas se encontram nas cidades e no campo, reconstruindo suas

identidades e exigindo o reconhecimento de seus direitos. No entanto, o poder público e setores poderosos da sociedade têm na repetição do preconceito e da discriminação a única resposta as suas legítimas demandas.

As políticas indigenistas governamentais têm-se revelado incapazes de assegurar os direitos indígenas. Isso se reflete no Congresso Nacional onde o Estatuto dos Povos Indígenas encontra-se paralisado há mais de 12 anos. Enquanto os recursos orçamentários diminuem

para a demarcação e garantia das terras, crescem os recursos para políticas assistencialistas, geradoras de dependência e desmobilização. Continuam as práticas integracionistas. Os desmandos na atenção a saúde, gerados pelo processo de terceirização, loteamento político dos cargos na Funasa e pela corrupção resultou no aumento trágico da mortalidade nas aldeias indígenas, a exemplo do que acontece nas terras indígenas do Vale do Javari, Pirahã no Amazonas, entre os Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, nos Munduruku do Pará, nos Oro Wari

em Rondônia, e nos Xerente no Tocantins. Estes desmandos vitimaram, inclusive, a líder indígena Maninha Xukuru-Kariri, integrante da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, CISI, por falta de atendimento no Hospital Regional de Palmeira dos Índios, em Alagoas.

No âmbito do Poder Judiciário existe uma avalanche de ações, com decisões liminares, que paralisam a demarcação das

terras indígenas, bem como está em curso um processo de criminalização das lideranças indígenas em luta pela terra.

Destacamos como sinais de esperança a inscrição dos direitos indígenas nas Constituições de muitos países latino-americanos e sua consolidação através de instrumentos internacionais como a Convenção 169 da OIT e a Declaração Universal dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas aprovada pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 2006.

**O avanço do desmatamento praticado por fazendeiros, grileiros e madeireiros na Amazônia brasileira e nos países limítrofes significa uma ameaça permanente aos mais de 60 povos que se encontram em situação de isolamento.**

A eleição de Evo Morales, indígena Aymara, para Presidente da Bolívia mostra o potencial desses povos para a construção de novas perspectivas de sociedade.

O crescimento demográfico da população indígena de 10% ao ano impulsionado pelo processo de auto-identificação tanto no interior quanto na cidade, a mobilização em torno do Acampamento Terra Livre e a criação da Comissão Nacional de Política Indigenista, CNPI, atestam avanços da luta indígena no Brasil.

Essa realidade nos desafia a aprofundar as contradições do sistema, mantendo e ampliando os espaços territoriais dos povos indígenas, quilombolas, camponeses e aqueles destinados a proteção ambiental; ampliar e fortalecer as alianças no Brasil e na América Latina; favorecer a soberania alimentar e a geração de renda nas comunidades indígenas; acompanhar os processos identitários e migratórios indígenas no campo e nas cidades e a problemática das fronteiras; enfrentar as políticas governamentais integracionistas e o caos da atenção à saúde indígena; desenvolver ações de proteção dos povos indígenas em situação de isolamento e risco; aprimorar os processos de formação política e integral que fortaleçam a mística militante

para o enfrentamento do sistema neoliberal e construção de caminhos de justiça, equidade e solidariedade.

Destacamos em nossa ação para os próximos dois anos com os povos indígenas as dimensões terra/territorialidade, formação missionária e indígena, articulação e alianças e enfrentamento das políticas públicas. Assumiremos com particular empenho a Campanha Guarani: Terra, Vida e Futuro.

Diante da utopia do Reino, a V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, recentemente reunida em Aparecida (SP), aponta para as múltiplas transformações necessárias no mundo (DA 290) e na sociedade (DA 283, 230). Vemos com esperança e ânimo o empenho dos povos indígenas e dos setores populares brasileiros e latino-americanos nessas transformações. A diversidade de lutas, protagonistas e proposições para um novo projeto popular, sintetizadas na proposta indígena de “viver bem” para toda a sociedade, nos confirmam na aliança com os povos indígenas e no serviço evangélico a sua causa.

Luziânia-GO, 03 de agosto de 2007  
**Conselho Indigenista Missionário**

## Teologia Mariana e diálogo ecumênico

JUAN ANTONIO RUIZ DE GOPEGUI, SJ

De Maria numquam satis (nunca se terá falado bastante de Maria) foi no passado um slogan dos devotos de Mãe de Jesus. A afirmação significava, no movimento mariano do século passado, a procura apaixonada e às vezes indiscreta de novos títulos, e até a promoção de novas definições dogmáticas. Assim entendido, o lema pode se tornar ambíguo e não isento de perigos e o verdadeiro devoto de Maria fará bem em perguntar-se como a virgem de Nazaré gostaria que se falasse dela.

Se o lema, ao contrário, significa, que nunca se aprofundará o bastante na compreensão do lugar e da missão eclesiais daquela que se compreendeu a si mesma como "serva do Senhor" no plano divino da salvação realizado em Cristo, ele pode continuar a orientar a reflexão teológica sobre a mãe de Jesus.

O Concílio Vaticano II pode ser esclarecedor para a elaboração de uma teologia mariana<sup>1</sup> que possa dialogar ecumenicamente. Não por

acaso os debates conciliares se realizaram na presença de observadores de outras confissões cristãs. Preocupação central do Concílio convocado pelo papa João XXIII foi o aggiornamento da mensagem de forma que se tornasse significativa para os contemporâneos e fosse capaz de favorecer o diálogo com todas as confissões cristãs.

A presença na aula conciliar de representantes das igrejas da Ortodoxia e das comunidades cristãs oriundas da Reforma exerceu papel benéfico na hora de refletir sobre Maria. Não porque se buscasse um discurso de compromisso que ocultasse as diferenças, mas porque, a partir das diferentes compreensões do Mistério do Cristo, sinceramente professado por todos, a assembléia conciliar se voltou para o Evangelho lido na tradição eclesial para aí procurar a verdade a respeito de Maria.

O diálogo é sempre difícil. Muito mais no debate de um tema marcado por séculos de

<sup>1</sup> Com B. Sesbouë preferimos a expressão "teologia mariana" em lugar de "mariologia", porque esta foi marcada no passado não raramente por uma absolutização e isolamento da reflexão sobre Maria em lugar de situá-la no conjunto do mistério cristão. Cf. B. Sesbouë, *Pour une théologie œcuménique*, Paris, Cerf, 1990, p.388, n. 1. O capítulo 19 dessa obra, intitulado « Théologie Mariale et dialogue œcuménique », pp. 389-416.

diferenças e preconceitos. Para o cristão comum da segunda metade do século passado o tema de Maria separava radicalmente católicos e evangélicos. Sobretudo entre nós, onde um argumento fácil para afastar os católicos da sua Igreja e ganhar adeptos para a crença “evangélica” consistia em afirmar que os católicos adoram Maria.

No ambiente Conciliar o clima era outro. Bons teólogos não desconhecem que Lutero era devoto de Maria, que escreveu um tratado sobre o Magnificat e que a sua doutrina sobre a mãe de Jesus é substancialmente a da fé católica. As posições antimarianas do protestantismo moderno representam uma deformação do pensamento dos reformadores.

O louvor de Maria – diz Lutero no comentário ao Magnificat – há de durar de geração em geração e não haverá época em que ela não seja louvada.<sup>2</sup>

É verdade, no entanto, que nesse mesmo comentário Lutero impugna com veemência as deturpações e os abusos do culto a Maria que ao seu ver ofuscavam a fé na mediação única do Cristo para a salvação.

Há pessoas que buscam auxílio e consolo em Maria como num Deus. Receio que, em nossos dias, existe idolatria demais no mundo.<sup>3</sup>

Católicos e protestantes estão de acordo sobre a conveniência de venerar, ou seja, honrar, respeitar, louvar a Virgem Maria e de imitar o seu exemplo. Divergem em relação à invocação.

Mas, como se verá mais adiante, o diálogo pode caminhar também nesse ponto.

## Maria no Concílio Vaticano II

Um pouco de história do magistério conciliar mariano ajudará a compreender a situação atual. Tinha sido preparado no período preparatório do Vaticano II um esquema sobre Maria na linha da “mariologia maximalista”. Estava programada no primeiro período a discussão do esquema sobre a Igreja e o de Maria. Prevendo que não haveria tempo para tanto, alguns, com o cardeal Ottaviani à cabeça, propunham a discussão

imediate do texto de Maria, mais breve, para ser votado no 8 de dezembro de 1962, data do encerramento do primeiro período conciliar. Argumentavam que assim, na festa da Imaculada, poderia ser acrescentada “uma nova pedra preciosa para a coroa de Maria”. A maioria dos Padres conciliares rejeitou a proposta. A reflexão sobre Maria requeria mais tempo e deveria ser feita junto com a reflexão sobre a Igreja.

Quase um ano depois, a 24 de outubro de 1963, no segundo período, os Padres conciliares chegaram à feliz decisão de integrar o esquema da B.V. Maria na Constituição Dogmática sobre a Igreja. Ele forma o capítulo VIII dessa Constituição, votado em 29 de outubro de 1964. Em 21 de novembro de 1964 na última sessão

**Há pessoas que buscam auxílio e consolo em Maria como num Deus. Receio que, em nossos dias, existe idolatria demais no mundo.**

<sup>2</sup> M. LUTERO, *O louvor de Maria (O Magnificat)*, São Leopoldo, Ed. Sinodal, 1999, p. 55.

<sup>3</sup> *Ibid.*

do terceiro período conciliar foi votada e publicada a Constituição sobre a Igreja, junto com o Decreto sobre as Igrejas Orientais Católicas e o Decreto sobre o Ecumenismo.

Duas coisas são dignas de ser ressaltadas a partir da gênese desses decretos. 1) O debate sob a orientação do Espírito foi longo e penoso, como todo processo de conversão; e a nova forma de olhar para Maria requer conversão das Igrejas! 2) O fato de esses três documentos virem à luz juntos mostra para onde o Espírito quer conduzir as Igrejas: a devoção à Mãe de Deus deve ser vivida de tal forma que favoreça a unidade da Igreja de Jesus Cristo.

A elaboração do capítulo VIII da *Lumen Gentium* intitulado: "A bem-aventurada Virgem Maria Mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja" teve muito presente o que se declara no começo do Decreto sobre o Ecumenismo:

Promover a restauração da unidade entre todos os cristãos é um dos principais propósitos do sagrado Concílio Ecumênico Vaticano II. Pois Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja. Todavia, são numerosas as comunhões cristãs que se apresentam aos homens como legítima herança de Jesus Cristo. Todos, na verdade; se professam discípulos do Senhor, mas têm pareceres diversos e caminham por rumos diferentes, como se o próprio Cristo estivesse dividido.<sup>4</sup> Esta divisão, porém,

**A fé católica deve ser explicada mais profunda e corretamente, de tal modo e com tais termos que possa ser de fato bem compreendida também pelos irmãos separados.**

contradiz abertamente a vontade de Cristo, e é escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a toda a criatura. (UR 1).

Já o título do capítulo mostra o cuidado ecumênico. Se as críticas de Lutero nasciam dos desvios de um culto mariano que obscureciam a mediação singular de Jesus Cristo entre Deus e a humanidade, o documento conciliar situa a reflexão teológica sobre Maria em relação com o Mistério de Cristo. Se certas formas de falar de Maria a concebem como um ser celeste quase pertencente à esfera divina, o Concílio se propõe refletir teologicamente sobre Maria como parte da Igreja, um dos seus membros, mesmo sendo o mais excelso.

O Concílio começa realizando o que recomenda aos cristãos:

A fé católica deve ser explicada mais profunda e corretamente, de tal modo e com tais termos que possa ser de fato bem compreendi-

da também pelos irmãos separados. Ademais, no diálogo ecumênico, os teólogos católicos, sempre fiéis à doutrina da Igreja, quando investigarem juntamente com os irmãos separados os divinos mistérios, devem proceder com amor pela verdade, com caidade e humildade. Na comparação das doutrinas, lembrem-se que existe uma ordem ou "hie-

rarquia" das verdades da doutrina católica, já que o nexa delas com o fundamento da fé cristã é diferente (UR.11).

<sup>4</sup> Cf. 1Cor 1,13.

Se no mesmo documento se afirma que:

o ensino da sagrada teologia e das outras disciplinas; principalmente as históricas, deve ser ministrado também do ponto de vista ecumênico, de modo que responda mais exatamente à verdade dos fatos (UR 10),

os Padres conciliares dão o exemplo, na hora de fazer teologia mariana. Não por falso irenismo, que taticamente escondesse as diferenças, mas porque, guiados pelo Espírito, estão convencidos de que respondendo às críticas nascidas dos anseios de uma reforma nascida sob a bandeira da obediência à Palavra divina e da soberania do Evangelho, serão tanto mais capazes de compreender melhor o lugar da teologia e da devoção marianas quanto mais levem em conta “a ordem ou ‘hierarquia’ das verdades da doutrina católica” (UR 12). Sabem que Maria tanto mais brilhará no interior do mistério cristão quanto mais se imite a atitude daquela que se denominou a si mesma “serva do Senhor” em total obediência à Palavra divina.

## **Linhas mestras da teologia mariana da *Lumen Gentium***

### **1. Volta à fonte de Escritura**

Em consonância com o estabelecido na Constituição dogmática *Dei Verbum* a teologia mariana conciliar manifesta um cuidado esmerado, até o escrúpulo, de fundamentar-se na Sagrada Escritura, escolhendo os textos cuja referência a Maria é indiscutível, de forma que possa ser acolhida pela exegese evangélica. A tradição é levada em conta, não como fonte estranha à

Escritura, mas como meio eclesial que faz chegar a Escritura até nós, permitindo que seja compreendida nos diversos horizontes culturais da história.

Em termos práticos, isso significa entre outras coisas que a promoção da devoção mariana, se quiser contribuir para a unidade dos cristãos, deve preferir sempre apoiar-se nos testemunhos da Escritura antes do que em revelações particulares. Estas são aprovadas pela Igreja na medida em que ajudem a reavivar que foi revelado de uma vez por todas em Jesus Cristo. A Igreja nunca obrigou o fiel a acreditar em revelações particulares.

### **2. *Maria contemplada no mistério do Cristo e do seu corpo, a Igreja.***

A devoção a Maria deve conduzir a uma maior compreensão do Mistério da salvação revelado em Cristo e do mistério do seu corpo, a Igreja. A iconografia mais tradicional representa sempre Maria com o Filho nos braços. O ritual recente da coroação da imagem de Maria prevê que, quando possível, seja feita junto com a coroação do Filho. O texto é muito significativo:

...Olhai benigno, Senhor, para estes vossos servos que ornam com uma coroa visível a imagem de Cristo e sua mãe (ou a imagem da Mãe de vosso Filho) proclamam vosso Filho Rei do universo...<sup>5</sup>

O novo ritual do Batismo mostra o sentido da tão popular “consagração” a nossa Senhora. Consiste no pedido da intercessão de Maria, fiel discípula de Cristo, para que ajude o cristão a viver a consagração ao Filho, realizada pela unção com o santo crisma.

<sup>5</sup> RITUAL ROMANO, *Ritual de Bênçãos*, São Paulo, Paulus, 1999, p. 536.

Neste dia em que a criança entra na Igreja pelo santo Batismo, vamos confiá-la à especial proteção de Maria, Mãe de Deus e dos discípulos de Cristo Senhor Deus.<sup>6</sup>

A teologia mariana conciliar ensina a olhar Maria como tipo ou imagem perfeita da Igreja. A devoção a Maria deve ajudar o cristão a compreender e viver o mistério da sua própria vida, que procede constantemente do Cristo. Falar de Maria significa falar do Cristo e da Igreja. Os discípulos de Cristo crescerão na compreensão e realização da sua missão na medida em que se espelhe na serva do Senhor que soube acolher em total docilidade a Palavra feita carne em Jesus Cristo, como dom absolutamente gratuito.

Maria é a perfeita discípula. Com ela aprendemos a ser discípulos e irmãos junto todos os cristãos que buscam com sinceridade a fidelidade ao Evangelho. Ela nos ajuda a compreender que a atitude dos reformadores do século XVI nascia de uma virtude muito própria dela: a submissão radical à soberania da Palavra como mistério da graciosa autocomunicação de Deus. Ajuda-nos a pedir perdão por séculos em que isto foi ocultado aos católicos. Se do chamado à volta ao evangelho se seguiu a trágica divisão da Igreja de Cristo, a perfeita discípula

**A devoção a Maria deve ajudar o cristão a compreender e viver o mistério da sua própria vida, que procede constantemente do Cristo.**

poderá ajudar as Igrejas a discernir as verdadeiras causas da divisão e reencontrar os caminhos da conversão para escutarmos e acolhermos juntos Aquele que é enviado pelo Pai como Reconciliação.

O documento do Grupo de Dombes, *María nos desígnio de Deus e na comunhão dos santos*<sup>7</sup> termina com um capítulo intitulado "Para a conversão das Igrejas" que deveria ser lido por católicos e evangélicos como expressão do que a obediente serva da Palavra do Senhor diria hoje às Igrejas.

A divisão entre nós aparece no momento em que Maria é isolada ao mesmo tempo do Cristo e da comunhão dos santos, e no qual a devoção se concentra exageradamente sobre ela. Assim do lado católico a "mariologia" foi inevitavelmente separada da cristologia e da eclesiologia. A decisão do Vaticano II inserindo o texto sobre Maria na Constituição sobre a Igreja é um gesto de grande significação para nossa reconciliação ecumênica. A mariologia permite reintegrar Maria no povo de Deus. Do lado protestante, se reconhece que uma reta confissão do Cristo exige uma palavra sobre Maria, em nome da Encarnação<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> RITUAL ROMANO, *Ritual do Batismo de crianças*, n. 166, São Paulo, Paulus, 1990, p. 72.

<sup>7</sup> GRUPO DE DOMBES, *Marie dans le dessein de Dieu et la communion des saints, Dans l'histoire et l'Écriture. Controverse et conversion*. Paris, Bayard Éditions/Centurion, 1999. O Grupo ecumênico de Dombes, fundado em 1937 pelo Abbé Couturier tem publicado numerosos documentos resultantes do longos diálogos mixtos sobre temas que dividem católicos e cristãos procedentes da Reforma.

<sup>8</sup> *Ibid.* n. 289, p. 149.

Pouco mais adiante se diz:

“Os católicos não podem deixar de levar em conta o juízo com frequência ainda muito severo dos teólogos protestantes empenhados no movimento ecumênico”.

É um fato histórico que a figura de Maria tem sido um dos temas privilegiados na religião popular e na evangelização. O povo cristão vê em Maria a Mãe sempre atenta às necessidades dos filhos. Não se deve desprezar a fé dos humildes. Mas é preciso prestar atenção para que essa fé seja integrada no Mistério de Cristo e da comunhão dos santos. Os teólogos católicos têm grande responsabilidade na forma de propor o papel de Maria na fé cristã. Deve se renunciar a uma “mariologia” centrada exclusivamente na figura de Maria, para reencontrar a autêntica teologia mariana, integrada no Mistério do Cristo e da Igreja. E isto vale com maior razão para a ação pastoral e para os movimentos marianos.

Por sua vez o teólogo evangélico deve saber discernir o que pode haver de válido nas atitudes populares com relação a Maria e tratar de compreendê-las como expressões da vivência da comunhão e da solidariedade fraterna entre os cristãos (os “santos” das cartas paulinas) que certamente não pode ser anulada pela morte, sob pena de esvaziar a eficácia salvadora do Cristo. No Documento de Dombes sobre Maria se diz que “os protestantes devem

questionar-se se seu demasiado freqüente silêncio sobre Maria não prejudica sua relação com Jesus Cristo”<sup>9</sup>.

Há no mundo protestante uma redescoberta de Maria e do seu lugar no mistério cristão. No documento de Dombes se diz:

A eclesiologia permite reintegrar Maria no Povo de Deus. Do lado protestante, se reconhece que uma reta confissão do Cristo exige uma palavra sobre Maria, em nome mesmo da Encarnação.<sup>10</sup>

A vigilância protestante deveria conduzir a não sobrevalorar o lugar de Maria na vida da Igreja católica. Maria é um membro da Igreja, o primeiro, é verdade, mas um membro que recebe tudo o que ela é de Deus, pela mediação única de Cristo, como todos os outros membros.

O fato de ser invocada como Mãe da Igreja, por ser a mãe de Cristo, a cabeça do corpo, não a exclui de ser membro. A mãe não deixa de ser membro da família.

Fiquei impressionado recentemente com a resposta de um cristão bem simples a um repórter televisivo que insistia em arrancar dele uma “escolha” entre este ou

aquele santo: ele respondeu: “todos”. Poucos devem ter entendido o sentido da resposta. Pareceu-me que o caboclo expressava ao seu modo o mistério da comunhão dos santos.

Mesmo sendo Maria a mais sublime entre os santos, é no mistério da comunhão dos santos que resplandece a sua figura e a sua significação. Maria nos faz compreender a sublimidade

**Não se deve desprezar a fé dos humildes. Mas é preciso prestar atenção para que essa fé seja integrada no Mistério de Cristo e da comunhão dos santos.**

<sup>9</sup> Ibid. n 315, p, 161s.

<sup>10</sup> Ibid. n. 289, p. 149.

de nossa vocação. Com ela e com todos os santos somos acolhidos por Cristo na intimidade do mistério de Deus. Seja qual for nossa filiação, tomamo-nos filhos de Deus, com a filha de Sion.

## **A oração “com” Maria e “com” os santos**

A teologia evangélica insiste com razão em que propriamente não se pode orar a Maria e aos santos. A oração implica – se os termos são usados com rigor – adoração. Só pode ser dirigida a Deus. Só Deus pode dispor soberanamente dos bens criados em favor das criaturas. Mas ninguém se oporá a que rezemos juntos com todos os membros do povo cristão, também em comunhão com aqueles que já foram chamados a presença do Senhor, sob pena de negar o mistério da ressurreição. Ninguém poderá se opor a quem fale com um irmão: “ore por mim”. A liturgia é exemplar nesse sentido. Dirige-se a Maria e aos santos dizendo “orai por nós”. Em ocasiões, mostrando um cuidado ainda maior com a linguagem, dirige a oração ao Cristo dizendo “que vossa Mãe interceda por nós”, como por exemplo nas preces da liturgia das horas do ofício de Maria.

Com um uso menos rigoroso da linguagem, o cristão se dirige diretamente a Maria dizendo-lhe “ajudai-me”. É uma forma abreviada de dizer-lhe que interceda por nós a Deus ou ao Filho. O sentido e a ortodoxia da expressão dependerão da forma como é vivida a relação com a Mãe de Jesus. No mistério da comunhão dos santos a

audácia poética ou lírica da linguagem não deveria escandalizar ninguém.

É no conjunto dos atos que expressam a devoção a Maria que deve transparecer seu caráter evangélico, de forma que contribua para a união de todos os que invocam o Cristo. As palavras isoladas são ambíguas. É no contexto do seu uso que adquirem um sentido.

A linguagem da tradição cristã distingue cuidadosamente o sentido da palavra culto quando referida a Deus – ela implica adoração, latría, – do seu sentido quando referido aos santos e a Maria. Neste caso o termo expressa nossa veneração, *dulia*, nossa reverência, nosso respeito e nossa amizade para com aqueles que conosco foram agraciados por Deus com o dom do seu Filho.

Não há dúvida que houve e há na Igreja formas de devoção ou de culto aos santos e a Maria que desviam do centro para o qual deve convergir a vida cristã: a acolhida agradecida e orante do supremo dom de Deus, sua Palavra

feita carne em Jesus Cristo, da qual Maria é exemplar para todos os “santos”, entre os quais humildemente todo cristão ousa se situar.

Um modo de corrigir excessos ou ambigüidades, e de contribuir para o desejo mais querido da mãe do Senhor, poderia ser incentivar um estilo de viver a devoção a Maria que poderia se

expressar com a palavra “com”. Com ela e com todos os cristãos voltar-nos cada vez mais para Deus, por meio do único mediador da salvação, Jesus Cristo. Com ela e com todos os santos (e aqui estão incluídos os que confessam o Cristo,

**Mesmo sendo Maria a mais sublime entre os santos, é no mistério da comunhão dos santos que resplandece a sua figura e a sua significação.**

assim como os que sem confessá-lo vivem seguindo o seu Espírito) dirigir sempre nossa oração a Deus. O Deus que se revela em Cristo só pode ser invocado em comunhão com toda a humanidade pela qual Jesus deu a vida.

## Rainha ou serva?

Com essa atitude compreenderemos que o sentido que o slogan mariano De Maria numquam satis pode ter em nossa conjuntura atual. Os caminhos do passado pelos quais o povo cristão procurou a "exaltação" da Mãe de Deus não são suficientes. Na humilde serva de Nazaré podemos descobrir novas trilhas que levem adiante sua significação para que a mensagem de Jesus seja boa notícia para os tempos de hoje.

Com muitos cristãos, penso que mais do que "rainha" Maria gostaria hoje de ser chamada de "serva". Este título contribuirá mais para a exaltação da Mãe Deus do que aquele. As "rainhas", incluídas as que estão hoje mais presentes na fantasia popular, as "dos concursos de beleza", não são o sinal mais apropriado para suscitar a esperança de salvação num mundo em que milhões de seres humanos sofrem a miséria causada pela exaltação do poder e da ostentação.

Os reis dos povos os mantêm submissos, e os que impõem sua autoridade levam o título de benfeitores. Vós não deveis ser assim; pelo contrário, o

maior entre vós seja como o menor; e aquele que dirige seja como o que serve (Lc 22,25 s).

E fique claro que com o título de "serva" não se nega o que o povo cristão no passado quis expressar com o título de rainha. Nem queremos condenar quem hoje o utilize. Mas para que resplandeça seu verdadeiro significado, não é suficiente. De Maria numquam satis.

A invocação "preferencial" de Maria como "serva" do Senhor refletirá hoje o caminho que a Igreja quer seguir para imitar aquela que é invocada como sua figura perfeita.

## Maria, virgem e mãe, tipo da Igreja

Uma teologia mariana, em perspectiva ecumênica deverá expressar-se mais decididamente em relação ao mistério de Cristo. Não é aqui o lugar de desenvolver essa teologia. Falar de Maria deveria ser sempre falar de Cristo.

A virgindade de Maria deve ser pensada, de acordo com o testemunho evangélico, na sua relação ao mistério da Encarnação da Palavra divina, o mistério de Cristo verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Esse

mistério ao mesmo tempo em que revela Deus, em contraponto com todas as imagens "humanas" da divindade, revela a grandeza de todo ser humano. A virgindade não é privilegio de Maria no sentido de exaltar a vida celibatária em contraposição à vida do matrimônio.

**Na humilde serva  
de Nazaré  
podemos descobrir  
novas trilhas  
que levem adiante  
sua significação  
para que a  
mensagem de Jesus seja  
boa notícia para os  
tempos de hoje.**

A concepção virginal é um "sinal", dado por Deus, que aponta para o caráter singular do fruto do ventre de Maria: sendo homem é verdadeiramente o Filho de Deus, fruto do Espírito Santo. Por isso o Filho de Maria não pode ser mero fruto das relações humanas. Deve ser um dom singular de Deus. Até o ponto de que, mesmo na hipótese – que iria contra o testemunho constante da tradição – de que Jesus tivesse sido concebido pela união de um homem e de uma mulher, para ser o filho único de Deus, deveria ser concebido pelo poder do Espírito Santo. Sem essa ação singular do Espírito nenhum ser humano pode ser chamado de filho de Deus.

Do lado de Maria a virgindade deve ser vista como expressão da disponibilidade total da virgem de Nazaré à vontade de Deus e da livre acolhida da missão divina de ser a Mãe do Filho de Deus. Por isso a Igreja a confessa "sempre virgem".

Essa é a glória de Maria, e o seu caráter modelar para a Igreja. Na medida em que a Igreja a imite poderá ser chamada virgem e mãe. Pelo pecados de muitos dos seus membros, pelo distanciamento do modelo para o qual a Igreja deve tender, alguns dos Pais da Igreja se viram constrangidos a dar-lhe o apelativo de meretriz. E contudo, santificada pela graça do Cristo, a

**A Igreja sempre afirmou a "santidade" de Maria, conseqüência da escolha divina da virgem de Nazaré para ser mãe de Jesus.**

---

Igreja deve continuar sendo chamada mãe e virgem. Na expressão de Lutero ela é santa e pecadora. Só pode gerar filhos da nova criação na medida, santificada por Cristo, a santidade que proclama gerar, faça parte da sua vida e resplandeça nos seus membros. A santidade de Maria é a expressão mais sublime da vitória da ação santificadora do Cristo sobre a Igreja para que esta possa gerar filhos chamados à santidade.

Vê-se por aí a fecundidade da consideração conciliar de Maria como "tipo", "figura" ou "modelo" da Igreja. Em Maria se realiza o ideal para o qual a Igreja deve tender constantemente. Somente sendo a fiel dis-

cípula de Jesus pode ser, pelo dom da graça, mãe de muitos filhos.

A bem-aventurada Virgem encontra-se também intimamente unida à Igreja, pelo dom e cargo da maternidade divina, que a une com seu Filho redentor, é ainda pelas suas graças e prerrogativas singulares; à Mãe de Deus é a figura da Igreja, como já ensinava santo Ambrósio, quer dizer, na ordem da fé, da caridade e da perfeita união com Cristo.<sup>11</sup> De fato, no mistério da Igreja, a qual também se chama com razão virgem e mãe, à bem-aventurada Virgem Maria pertence o primeiro lugar, por ser, de modo eminente e singular exemplo de virgem e de mãe<sup>12</sup>.

<sup>11</sup>Santo Ambrósio, Expos. Lc 2,7: PL 15,1555.

<sup>12</sup>SC n. 63, Cfr. Ps. Pedro Dam., Serm. 63: PL 144, 861 AB. — Godofredo de São Vítor *In nat. B. M.*, Ms. Paris, Mazarine, 1002, fol. 109r. — Gerhohus Reich, *De gloria et honore Filii hominis*, 10: PL 194,1105 AB.

# Maria a "santificada".

## Livre do pecado: imaculada.

A Igreja sempre afirmou a "santidade" de Maria, conseqüência da escolha divina da virgem de Nazaré para ser mãe de Jesus. Afirmar que Maria é mãe de Jesus, significa reconhecê-la como theotokos, Mãe de Deus, segundo a expressão consagrada no Concílio de Éfeso. Não se diz que ela tenha gerado a divindade. Seria absurdo. Mas negar a Maria o título de Mãe de Deus seria negar a unidade da pessoa do Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Afirmar que Maria é Mãe de Deus significa afirmar a verdade da Encarnação. Pode-se dizer que em todas as verdades que a Igreja afirma de Maria está em jogo a verdade da Encarnação, ou seja, a verdade da divindade de Jesus e a verdade da sua humanidade. Dito de outra forma: a verdade do Deus que se revela em Jesus Cristo como autocomunicação à humanidade, e a verdade do homem elevado à dignidade de filho de Deus.

Fazer Teologia Mariana equivale a fazer Cristologia e Eclesiologia. Penetrar mais e mais no Mistério de Deus que se comunica em Jesus Cristo e no mistério da Igreja, "sacramento, isto é, sinal e instrumento, da união íntima com Deus e da unidade de todo o gênero humano"<sup>13</sup>. Viver a devoção a Maria equivale a aprofundar a vivência da nossa união com Deus, em Cristo,

e com todo o gênero humano, por meio da comunhão eclesial. Vê-se a pertinência do Concílio Vaticano II em fazer da teologia sobre Maria um capítulo da teologia da Igreja.

Ao anunciar a Maria o chamado divino para ser a Mãe do Messias, o anjo a saúda com o título de, agraciada ou colmada de graça (kerakhitoméne) (Lc 1,28). A continuação lhe diz: "achaste graça diante de Deus". O participio passivo kerakhitoméne é único no NT. Mas o mesmo verbo é usado em referência a todos os cristãos: "para louvor da gloriosa graça, que ele nos 'outorgou gratuitamente' (echaritôsen) no Predileto (Ef 1, 6). Em Maria, a primeira redimida, resplandece o dom sobreabundante da graça que Deus nos concede em seu Filho Jesus Cristo. "Por meio dele, antes da criação do mundo, Deus nos escolheu para que pelo

amor fôssemos santos e irrepreensíveis na sua presença" (Ef 1, 4). Em Maria se realiza plenamente a santidade à qual Deus chama todo cristão.

A santidade de Maria está toda ela contida na vocação à maternidade divina e no "sim" pleno e radical com que responde ao chamado divino: "Aqui tens

a escrava do Senhor, que tua palavra se cumpra em mim" (Lc 1. 38). A maternidade divina é toda ela dom de Deus, mas também resposta livre e perfeita da fé de Maria. A dignidade da Mãe de Deus não apenas por mero evento físico, mas por um ato livre e pessoal, um ato de fé fruto da graça divina. Um ato que Lucas apresenta com boa nova para o mundo.

**Pode-se dizer que em todas as verdades que a Igreja afirma de Maria está em jogo a verdade da Encarnação, ou seja, a verdade da divindade de Jesus e a verdade da sua humanidade.**

<sup>13</sup>LG, n.1.

"Maria se torna Mãe de Deus pelo "sim" de sua fé"<sup>14</sup>.

Reconhecer a santidade de Maria equivale a confessá-la sem pecado. Essa verdade pertence à tradição universal da Igreja, ou seja, ao modo como a Igreja tem lido a Escritura em todos os tempos. Recebendo a graça singular de ser Mãe daquele que vem libertar o mundo do pecado a ação redentora do Cristo resplandece totalmente naquela que, pela graça do Filho, o acolhe sem reservas. Maria é sem pecado, imaculada, como fruto primeiro da Redenção, a primeira redimida.

Se Deus desde toda a eternidade a predestina para ser Mãe do seu Filho, desde toda a eternidade lhe destina a graça redentora que a preserve de todo pecado. Graça que não poderá falhar, mas que não suprime a liberdade de Maria. É a graça de livremente responder ao chamado divino. Por isso Maria deve ser santa desde o começo da sua existência.

Em nenhum momento deve ter sido tocada pelo pecado, que o seu Filho vem destruir. Em consequência disso a Igreja romana a declarou solenemente Imaculada desde o primeiro instante da sua existência, preservada, portanto, do pecado original. É isso que o dogma da Imaculada Conceição, definido solenemente por Pio XI a 8 de dezembro de 1854, quer expressar.

**"A Sagrada Escritura contém tudo o que é necessário para a salvação; desse modo, qualquer coisa que não seja lida aí, nem seja provada por meio dela, não é para ser requerida de nenhum homem, que seja aceita como artigo de fé, nem tida como requisito ou necessidade para a salvação".**

Um dos problemas levantados nos diálogos ecumênicos em relação à doutrina mariana tem sido o dogma recente da Imaculada Conceição. Os irmãos separados alegam que "da forma como foi formulado" não encontra suporte claro na Escritura de forma que possa ser exigido de todos os cristãos que seja crido como verdade revelada por Deus. Os anglicanos, por exemplo, afirmam: "A

Sagrada Escritura contém tudo o que é necessário para a salvação; desse modo, qualquer coisa que não seja lida aí, nem seja provada por meio dela, não é para ser requerida de nenhum homem, que seja aceita como artigo de fé, nem tida como requisito ou necessidade para a salvação". Os ortodoxos consideram que esse dogma não tem apoio na Escritura e que é demasiadamente tributário da tradição ocidental e da interpretação agostiniana do pecado original e de uma visão demasiado jurídica da redenção.

A doutrina do pecado original é certamente complexa e diversas explicações teológicas podem ser dadas dentro da unidade da fé. É preciso delimitar bem o que o dogma queria e podia definir, no contexto em que foi pronunciado. Para muitos católicos pode também criar dificuldade quando não se precisa o caráter analógico do termo "pecado" na

<sup>14</sup>K. RAHNER, *Marie mère du Seigneur*, Paris, Ed. de l'Orante, 1960. p. 71.

expressão "pecado original" em relação ao pecado pessoal.

Por outro lado, uma vez que a proclamação desse dogma concerne só à igreja romana que o formulou, na medida em que esta Igreja se estima engajada por suas próprias declarações sobre a "hierarquia das verdades", ela deveria reconhecer que ele enquanto dogma definido não pertencia à expressão comum da fé no momento das separações, e não pode obrigar, enquanto tal, a outros cristãos<sup>15</sup>. A verdade que a Igreja Romana expressa nessa definição pode ser confessada de outra forma por outras Igrejas ou comunidades

eclesiais. Os ortodoxos proclamam Maria "a toda pura e a toda imaculada porque recebeu a graça de não se deixar dominar pela natureza pecadora". O comentário de Lutero ao Magnificat é um canto à santidade de Maria, apresentado ao cristão como exemplo de como deve ser acolhido o dom de Deus que é o Cristo.

**A santidade de Maria e a sua preservação do pecado não devem ser concebidos como se Maria estivesse fora deste mundo, livre de toda tentação ou escuridão, ou da necessidade de lutar cada dia para permanecer na obediência da fé.**

A santidade de Maria e a sua preservação do pecado não devem ser concebidos como se Maria estivesse fora deste mundo, livre de toda tentação ou escuridão, ou da necessidade de lutar cada dia para permanecer na obediência da fé. A santidade não a arranca do mundo nem do caráter simples da vida de uma mulher pobre de Nazaré. Lutero escreveu coisas muito bonitas a respeito:

Maria atribui todas as coisas inteiramente a Deus... Não se vangloria, não se gaba de que se tornou mãe de Deus, não exige honra. Mas vai e trabalha na casa como antes, ordenha as vacas, cozinha, lava a louça, varre e ocupa-se como uma empregada ou uma dona-de-casa deve ocupar-se com trabalhos pequenos e insignificantes, como se não se importasse com

esses dons e graças extraordinárias. Ela não é julgada melhor entre as mulheres e vizinhos do que antes. Ela também não quis ser mais, mas continuou sendo uma pobre cidadã no meio da massa das pessoas humildes. Oh que coração simples e puro! Que pessoa admirável.<sup>16</sup>

Pouco antes Lutero tinha posto nos lábios de Maria, ao comentar o trecho do Magnificat

<sup>15</sup> Em numerosas ocasiões o Cardeal Ratzinger aplicou o mesmo princípio ao diálogo com Oriente, a respeito da doutrina da primazia romana: "Roma não deveria exigir do Oriente, a respeito da doutrina da primazia, mais do que foi formulado e vivido no primeiro milênio". O que se exigiria, numa reconciliação das Igrejas, é que todas reconheçam como legítimas a expressão de fé das outras. A declaração comum do Papa Paulo VI e do Pope of Alexandria Shenouda III a respeito das definições cristológicas de Calcedônia é um exemplo eloquente de como se pode expressar a mesma fé de formas diversas.

<sup>16</sup> *O louvor de Maria, o.c. p. 64-65.*

“seu Nome é Santo”: “Basta que as pessoas se alegrem comigo e me declarem bem-aventurada porque Deus me usou para realizar em mim essas suas obras”. Esse é um princípio fundamental de toda devoção mariana: deve conduzir-nos a louvar e admirar “com Maria” a grandiosidade da obra redentora de Deus em Jesus Cristo. Olhando para a mulher preservada de todo pecado, na qual brilha a perfeição da obra de Cristo, obscurecida em nós por nossos pecados, abrimos o coração à ação do Cristo e nos deixamos transformar por ele e o seguimos com mais ânimo no caminho da cruz: o caminho que conduz ao lugar em que ele tira o pecado do mundo ao entregar sua vida por nós.

**Paulo diria “se Maria não ressuscitou então Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e vã, a vossa fé”.**

## **Maria elevada (assumpta) ao céu**

Confessar que Maria é a primeira redimida, na qual aparece em todo seu esplendor o fruto da ação redentora de Cristo, sua vitória definitiva sobre o pecado e sobre a morte, conduz a Igreja a confessar que a Mãe de Deus chegou ao termo escatológico prometido a toda vida humana, contido no mistério da morte e ressurreição do Senhor. Quando Pio XII proclamou essa verdade, não faltaram reações nascidas do temor de que a definição dogmática da Assunção fosse um obstáculo na caminhada ecumênica das Igrejas cristãs. Objetavam alguns que não aparece nas Escrituras. Mas quando se

presta atenção ao que o dogma define ir-se-á compreendendo, sob a ação do Espírito que a fé na elevação de Maria à glória de Deus não é mais do que a fé na ressurreição de toda carne, encerrada como semente na ressurreição do Senhor.

Paulo diria “se Maria não ressuscitou então Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e vã, a vossa fé”.<sup>17</sup>

O Dogma não diz como alguns pensam que Maria não morreu. Se Cristo morreu o mais lógico dentro do conjunto harmonioso das afirmações da fé é pensar que Maria morreu, como nós morreremos. O dogma afirma que Maria, na integridade da sua pessoa (isto é o que significa a expressão “em corpo e alma”)

alcançou a graça da glorificação. O Dogma tampouco afirma que Ela é a única a ter alcançado essa graça. A Igreja espera que outros muitos a tenham alcançado. A própria Escritura afirma que após a morte de Jesus “abriram-se os sepulcros, e muitos corpos de santos, que dormiam, ressuscitaram”. Mt 27,52. Não esqueçamos que na antropologia judaica “corpo” é a pessoa enquanto se relaciona com os outros e com o mundo. Por isso Paulo pode falar de um “corpo espiritual”, ou seja, de uma vida da totalidade da pessoa humana nas suas relações com os outros e com o mundo, transfigurada pelo Espírito.

<sup>17</sup> 1Cor 15:13-14 “E, se não há ressurreição de mortos, então, Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e vã, a vossa fé”.

Superaria o objetivo de este artigo desenvolver tudo o que a fé na Assunção de Maria significa para a vida cristã. Baste ressaltar novamente que esse mistério fala do Cristo e de nós, da nossa esperança. E por isso concluímos, sem poder concluir, que “de Maria numquam satis”, porque nunca teremos compreendido suficientemente a significação do Cristo para nossa vida e para a vida do mundo que se espelha em Maria, como o sol faz resplandecer a lua, para usar uma imagem clássica.

Baste uma pergunta final: como a devoção a Maria poderá ajudar-nos hoje a anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, para que seja boa notícia para os “novos rostos” da pobreza de que nos falavam recentemente os Bispos reunidos em Aparecida: os desempregados, os refugiados e migrantes, os aidéticos e os tóxico-dependentes, a população de rua, as mulheres vítimas da violência e exploração sexual, os presos e tantos outros?

Uma meditação contextualizada do Magnificat poderia guiar-nos nesse sentido. E é bom lembrar que o impulso mais fecundo para o movimento ecumênico lhe vem do empenho comum das Igrejas na busca de uma resposta aos urgentes problemas sociais de nosso mundo. Maria ensinará às Igrejas a acolher e anunciar o significado do amor misericordioso de Deus, revelado no Cristo, o poder do braço do Senhor, “que derruba do trono os potentados e exalta os humildes, cumula de bens os famintos e despede vazios os ricos” (cf. Lc 1, 50 s.).

---

**Juan Antonio Ruiz De Gopegui, SJ** é  
Teólogo e Professor de Teologia  
na Faculdade Jesuíta de Filosofia  
e Teologia (FAJE) de Belo-Horizonte.

**Endereço do autor:**

Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 - Planalto  
31720-300 BELO HORIZONTE - MG

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1 - Quais foram as principais contribuições da teologia mariana do Vaticano II para o diálogo ecumênico?
- 2 - Para continuar realizando esse diálogo, a partir de uma compreensão adequada da mariologia, que aspectos é preciso enfatizar na teologia e na devoção mariana?
- 3 - De que maneira o compromisso social pode contribuir para um ecumenismo prático?

JOHAN KONINGS, SJ

## A falta do primeiro discurso da fé e da referência a Jesus

Faz alguns anos, implantamos em nossa Faculdade de Teologia um novo currículo, cujo ponto de apoio é a disciplina chamada "O Fato Cristão". Isso, porque descobrimos que os estudantes não tinham recebido uma verdadeira iniciação cristã, nem tinham percepção clara da identidade cristã e, muito menos, um "primeiro discurso da fé" sobre o qual se pudesse basear o "discurso segundo" que deveria ser a Teologia. Em palavras mais simples: começaram a aparecer gerações de alunos que não conheciam o catecismo. O problema poderia ser resolvido mandando-os estudar o "Catecismo da Igreja Católica" publicado por aquele tempo. Mas este, apesar de seus méritos, não nos pareceu o discurso primeiro de que estávamos sentindo falta. Sua bela construção a partir do Credo não correspondia à pedagogia da fé que almejávamos.

Era preciso evidenciar uma coisa que parecia esquecida, a saber: que a Teologia trata da fé em Jesus de Nazaré como enviado de Deus e Cristo-Messias. Numa pesquisa de rua sobre o que as pessoas entendiam por "ser cristão", só uma entre vinte e cinco mencionou o nome de Jesus. Há séculos que se dá esta coisa fundamental por pressuposta, e de repente se percebe que ela não está aí.

## Partir de Jesus e do efeito histórico que ele produziu

O ser cristão tem seu ponto de partido em "Jesus Cristo vindo em carne" (1Jo 4,2). No homem chamado Jesus<sup>1</sup>.

"Ninguém jamais viu a Deus; o Unigênito, que é Deus e está no seio do Pai, esse o deu a conhecer" (Jo 1,18). Estas palavras do Evangelho de João não nos deixam em paz. Às vezes se perde muito tempo em falar sobre Deus, sem saber de que se está falando. E mais. Nós cristãos dizemos que Jesus é Filho de Deus, ou mesmo Deus. Mas o conceito de Deus que temos em mente não combina com as mãos calçadas do carpinteiro de Nazaré e, muito menos, com o rosto desfigurado do Crucificado...

Muitos que se dizem cristãos talvez nunca pensaram nisso. E muitos, talvez, se afastaram por relacionarem o cristianismo com uma imagem de Deus que não é aquela que João nos coloca diante dos olhos.

Em vez de apresentar uma "doutrina cristã", é preciso descrever primeiro o ser cristão – o existir e o agir como cristão – a partir de Jesus de Nazaré, para, passando pela comunidade que dele surgiu, chegar até a profissão de fé no seio dessa comunidade. Ou seja, percorrer um caminho semelhante ao da instrução dos primeiros cristãos: querigma, catequese

<sup>1</sup> As idéias desenvolvidas nos próximos parágrafos encontram-se em parte na Introdução da nova (4ª) edição de meu livro *Ser cristão: fé e prática* (Petrópolis: Vozes, 2007 – em preparação).

batismo, mistagogia. Caminho de Jesus a Deus, passando pela fé vivida na prática e na oração da comunidade.

Diante desse desafio, não faltam os que querem exibir os aspectos mais sensacionais do que chamam “a religião católica”, lançando mão da mídia, da propaganda, do marketing. Duvida-se, porém, que isso tenha maior durabilidade que os outros produtos da indústria do entretenimento. Precisamos de algo mais substancial. No meio em que vivemos, a imagem dominante do ser cristão raras vezes mostra o que é essencial. Por isso, muitos que se chamam cristãos não parecem conscientes do que é fundamental, e os que olham de distância colhem uma imagem deformada. Em face disso, é preciso mostrar a dinâmica cristã fundamental e o sentido da identidade cristã vivida de modo consciente e integral.

## **Cristianismo sem iniciação e ilusão da “Cristandade”**

Creio que na crise atual se revela um defeito da evangelização tradicional: a falta de verdadeira iniciação cristã. “Não fomos catequizados, apenas aprendemos a fazer carnaval”, disse um literato brasileiro. No nosso meio, o ser cristão não repousa, via de regra, sobre verdadeira iniciação e opção consciente. Mesmo cristãos piedosos e até engajados na prática pastoral ou social, muitas vezes, não têm consciência clara do que é optar por

Jesus de Nazaré e participar de sua comunidade.

O cristianismo, sobretudo o catolicismo, no Brasil, tem forte cunho sociocultural. Ora, o ser cristão não se transmite por hereditariedade ou cultura. Exige iniciação e opção. Uma certa “cultura cristã”, humanismo, arte e coisas semelhantes podem ser transmitidos na esteira

da cultura geral (infelizmente também em declínio), mas o crer e o ser do cristão não se transmitem desse modo. Fala-se hoje em “ruptura na transmissão da fé”, mas tal ruptura não deve ser interpretada como sinal de degeneração ou de diminuição da fé. Certa ruptura em relação ao cristianismo sociocultural faz parte do ser cristão, pois este

não se transmite por mera pertença sociológica ou cultural. A diferença entre o ser cristão e o cristianismo sociocultural foi encoberta pela tradicional “Cristandade”, na qual religião, sociedade e cultura praticamente se identificavam. Quem nascia na “sociedade cristã” era considerado cristão, graças ao batismo recebido poucos dias depois do nascimento. Mas o que nesse batismo se transmitia não era o ser cristão, e sim, a “Cristandade”. Ora, com a atual desconstrução da Cristandade como estrutura sociocultural manifesta-se a ruptura que é inerente ao ser cristão, pois não há continuidade automática do “mundo” (e nem mesmo da “sociedade cristã”) ao ser cristão como práxis de fé consciente. Portanto, o que se apresenta como ruptura na transmissão da fé não é senão o limiar que separa, do mundo, a comunidade da fé em Cristo.

**Mesmo cristãos piedosos e até engajados na prática pastoral ou social, muitas vezes, não têm consciência clara do que é optar por Jesus de Nazaré e participar de sua comunidade.**

---

## “Cultura cristã” ou comunidade de discípulos?

Claro, os elementos cristãos recebidos por cultura ou tradição têm seu valor. Mas o que faz que o cristão seja cristão é a opção consciente por aquele que é chamado o Cristo, o Messias, e essa opção não pode ser feita por uma tradição cultural ou religiosa. Ninguém pode ser cristão no lugar de outrem. É como na linguagem: recebe-se do ambiente cultural a linguagem (como reservatório de palavras feitas), mas não a decisão de dizer algo de verdade (como palavra viva). Dizer algo de verdade depende de querê-lo pessoalmente. Assim como, intencionalmente ou não, a linguagem recebida pode se tornar um meio para não dizer nada, a religião, inclusive a cristã, pode se tornar um meio para encobrir a palavra verdadeira.

Hoje, a cultura cristã já não é dominante e, ao mesmo tempo, tornou-se coisa comum, banal. A sociedade se serve de elementos da cultura cristã, sem se interessar pela opção cristã como tal. No Brasil, a sociedade valoriza as escolas cristãs por causa de sua qualidade e equipamento, mas a mensagem cristã não interessa. Analogamente, as “forças cristãs” são instrumentalizadas com intenções políticas, sem que haja interesse por sua mensagem específica.

A vida cristã implica, sem dúvida, na política e na cultura, mas reduzir o ser cristão a mero elemento cultural ou instrumento político torna irreconhecível seu núcleo essencial. Muitas vezes apresenta-se como importante o que na

**A vida cristã implica, sem dúvida, na política e na cultura, mas reduzir o ser cristão a mero elemento cultural ou instrumento político torna irreconhecível seu núcleo essencial.**

realidade não o é, ou não pertence ao cerne do ser cristão, mas até o compromete negativamente. O que a mídia focaliza são precisamente esses elementos de “distração”, inclusive porque, muitas vezes, os próprios cristãos procuram uma visibilidade que não é bem a que Jesus aponta: “Nisto todos reconhecerão que sois discípulos meus: se vos amardes uns aos outros” (Jo 13,35).

## Atualização da mensagem e volta às fontes

Há quem diga que devemos revestir a fé de uma nova roupagem, usar palavras mais atualizadas etc. Claro, novos tempos exigem nova linguagem. Mas na situação atual isso não basta. Os termos novos devem fazer surgir o sentido fundamental da mensagem de sempre. É preciso redescobrir as próprias raízes na narrativa antiga, para fazer ecoar o mesmo sentido na vida de hoje com palavras novas e adequadas. Para que se possa traduzir o sentido do ser cristão num contexto novo é preciso ser iniciado no mundo dos sinais e símbolos cristãos fundadores. Introduzir novas formas de expressão sem cuidar da continuidade com a tradição viva é separar a flor de sua raiz, qual rosa de corte num vaso: graciosa para o olho, mas incapaz de se procriar. A geração do Concílio Vaticano II procurou traduzir fórmulas obsoletas em linguagem nova, mas a geração atual parece desconhecer a volta às fontes que orientou essa “tradução”. Não sabe

mais de que se trata. Importa manter a tensão dialética entre tradução e refontamento. Voltar à fonte sem “traduzir” conduz ao enrijecimento conservador. Traduzir sem mostrar a fonte causa perda da tradição. No primeiro caso, a planta se afoga, no segundo, resseca. É preciso “traduzir refontando”, para preparar uma opção de fé consciente.

## O evangelho de João, narrativa “teo-lógica”

Como acesso à fonte pode-se escolher o evangelho de João. Este nos ensina que a Deus ninguém jamais viu, mas que em Jesus, a Palavra feita carne, contemplamos sua glória (cf. Jo 1,14-18). Nesta perspectiva, João apresenta a narrativa acerca de Jesus como parâmetro de um processo de fé, que deve conduzir à opção de crer nele e de encontrar a vida nesta opção (Jo 20,30-31). O evangelho de João não deve ser visto como um tratado filosófico (por causa do termo “Logos”), mas como evangelho narrativo, relato de Jesus; e como evangelho genuinamente “teo-lógico”, pois leva Deus (theós) à fala (logos) na palavra e nos gestos de Jesus. Jesus é o relato vivo de Deus. Desde a primeira linha, João chama Jesus “Palavra” de Deus, mas em que sentido Jesus é tal palavra, e como Deus nele se dá a conhecer, só se descobre contemplando os sinais e obras descritos no evangelho (20,31).

No evangelho de João, Jesus é a Palavra de Deus. Quando ele fala é Deus que fala; e o que ele faz, Deus é quem o faz. No foco do evangelho de João não está Jesus, mas o Pai. Nestes últimos anos, muito falamos da Igreja, pouco de Jesus, e quase nada de Deus; a teologia transformou-se em sociologia pastoral e a espiritualidade em publicidade da “logomarca Jesus”, mas Deus ficou esquecido... Está na hora de fazer teo-logia, falar de Deus, lembrados da frase do evangelista João: “Ninguém jamais viu a Deus; o Unigênito, que é Deus e está no seio do Pai, esse o deu a conhecer” (Jo 1,18). Não aplicar uma imagem pré-concebida de Deus a Jesus, mas contemplar Jesus e depois dizer: assim é Deus.

## A diferença com as abordagens vigentes

**Nestes últimos anos, muito falamos da Igreja, pouco de Jesus, e quase nada de Deus; a teologia transformou-se em sociologia pastoral e a espiritualidade em publicidade da “logomarca Jesus”, mas Deus ficou esquecido...**

O centro dessa teologia é a manifestação do rosto de Deus em Jesus, e o ponto de partida é Jesus. Na teologia escolar ensinava-se primeiro o tratado sobre Deus e depois o sobre Jesus Cristo. Proponho seguir a ordem inversa, para desespere de quem tiver sido demasiadamente “catequizado” no modo tradicional, pois terá de manter em suspenso os concei-

tos que aprendeu. A abordagem proposta põe à prova também os que, contagiados pelas modernas críticas à religião de sua infância, estão de briga com o conceito tradicional de Deus. Pois proponho retomar a linguagem haurida da

tradição cristã, já que não se pode elucidá-la sem citá-la.

Esse discurso se separa também daquele que parte da religiosidade em geral. Certamente o estudo do fenômeno religioso e o diálogo inter-religioso são importantes, até para a paz mundial, e ninguém duvida que o budismo e o islã têm muito a nos dizer e nos ajudam a compreender nossa própria identidade. Mas a mentalidade atual do shopping center religioso, do zapping, do navegar de canal em canal, revela medo à identidade. É preciso definir-se. Quem não define seu próprio ser cristão não tem nada para dizer aos outros. Quer "trocar de idéias" sem trazer idéias próprias, sem ter com que contribuir. Há cristãos que fazem propaganda da meditação budista, desconhecendo a mística cristã. Claro, a mística cristã pode adotar formas budistas ou cabalísticas. O primeiro cristianismo se valeu dos "mistérios" das antigas religiões mediterrâneas. Contudo, para integrar formas religiosas no ser cristão é preciso ter presente o que Jesus nos faz conhecer, conhecer a narrativa de Jesus e sua interpretação na práxis da comunidade, como base para uma significação nova, articulada em diálogo com os que têm outras referências. Tal diálogo, porém, não pode estar sob o signo do medo à identidade. A opção cristã deve ser articulada com clareza – porém, como livre escolha, não como obrigação para todos como pensou a Cristandade. Quem realmente encontrar Jesus o escolherá livremente como caminho que conduz ao Pai.

## Da narração à fé professada, passando pela comunidade

O roteiro que propomos vai do relato de Jesus à profissão de fé. Nos primórdios da Igreja, a fé se originava da pregação, seguida da iniciação na vivência comunitária e coroada pela transmissão (traditio) e pronunciamento (redditio) da profissão de fé. Inspirado por esse modelo, sugiro que se proporcione uma "iniciação atrasada" para o batizado que deseja assumir conscientemente, ou até reiniciar, sua vida de fé. Pois muitas perguntas acerca da fé e da comunidade cristã provêm de nunca ter sido verdadeiramente iniciado no mistério cristão.

### Narrar o quê?

**A opção cristã deve ser articulada com clareza – porém, como livre escolha, não como obrigação para todos como pensou a Cristandade.**

Escutar o relato de Jesus e de sua comunidade: eis o ponto de partida. Relato, não no sentido do mingado "Jesus histórico" destilado pelos críticos, mas narrativa do homem Jesus, que é o Senhor glorioso anunciado na pregação e cujo espírito vive na práxis de sua comunidade. Quem

opta por fazer disso o fio condutor de sua vida, associando-se à comunidade que o interpreta em atos e em verdade, também vai querer confessá-lo: eis o ponto final do roteiro.

Os temas são tradicionais, são os temas a serem referidos na transmissão da fé. Nada de novidades sensacionais, códigos esotéricos. Apenas uma síntese do que constitui a espinha dorsal da fé cristã.

Essa simplicidade tradicional talvez decepcione, pois vivemos, hoje, um verdadeiro desmonte da tradição cristã. Quando se digita "Igreja", algum vírus faz aparecer na tela as eternas discussões sobre Bíblia e ciência, o esoterismo do jovem Jesus, a riqueza da Igreja... Diante disso, não devemos deletar o arquivo, mas usar o anti-vírus, para

que o texto original se torne novamente legível. É preciso reagir contra o obsoleto racionalismo, cego para a força simbólica e criadora de sentido que a antiga narrativa irradiava. Proponho na realidade uma abordagem 'pós-crítica': com a crítica atrás de si dirigir o olhar para o potencial de sentido que a opção cristã tem no contexto de hoje. "Vinde, vede" (Jo 1,39)...

## O "Jesus narrativo"

Minha reflexão começou a tomar forma desde o dia em que Juan Luís Segundo me disse que o evangelho de João não entra em consideração para a questão do Jesus histórico. Fiquei pensando: e os outros então? Será que a peregrinação de alguns meses, descrita no evangelho de Marcos, com visível influência da catequese e da liturgia (no relato da Paixão e Ressurreição), ou os evangelhos de Mateus e de Lucas, que enxertam no esquema de Marcos em lugares distintos as palavras da "Quelle", apresentam um Jesus mais "histórico" que o evangelho de João?

**O "Jesus narrativo" não é nem o fantasioso Jesus das lendas piedosas ou da imaginação sentimental, nem o magricelo "Jesus histórico", mas o Jesus que conhecemos pela pregação de nossos pais na fé.**

Questão mal colocada. Nenhum evangelho está preocupado com o Jesus histórico exigido pela segunda Modernidade... Todos eles apresentam a narrativa queigmático-catequética de que nas suas comunidades precisavam para a transmissão da fé (Jo 20,30-31): o "Jesus narrativo", Jesus tal qual ele nos é narrado pelos evangelhos e pelo anúncio

proclamado em todos os escritos do Novo Testamento.

## Nem histórico, nem fictício

Há duas tendências que se afastam do Jesus narrado pelos relatos que serviram para o anúncio e a iniciação na fé, os evangelhos canônicos.

A primeira se chama a "busca do Jesus histórico", que quer submeter o que nos é transmitido a respeito de Jesus às regras da verificação segundo o modelo das "ciências" dominantes na modernidade. Ora, se não se consegue verificar cientificamente o que aconteceu em torno do presidente Getúlio Vargas, como então verificar cientificamente o que houve com o marceneiro de Nazaré condenado à morte dois mil anos atrás?

Por outro lado, afasta-se igualmente do "Jesus narrativo" essa tendência a inventar um Jesus a seu próprio gosto, como aconteceu nos evangelhos apócrifos e continua acontecendo nos livros de piedade fantasista, sentimental ou sensacionalista encontrados hoje.

## Um outro modo da verdade

O "Jesus narrativo" não é nem o fantasioso Jesus das lendas piedosas ou da imaginação sentimental, nem o magricelo "Jesus histórico", mas o Jesus que conhecemos pela pregação de nossos pais na fé. E para crer nele precisamos recebê-lo assim como nos é pregado. Mas aí está o problema. Devemos sintonizar a frequência certa. Acolher uma mensagem de fé religiosa não é o mesmo que estudar um teorema matemático. Os modos da verdade são muitos. Não se acolhe uma declaração de amor na mesma faixa de ondas que um extrato do banco. A verdade da primeira se percebe de outra maneira que a do segundo. Assim também a fé em Jesus não é sintonizada na mesma faixa que as certezas matemáticas ou as "evidências" (?) histórico-científicas. Para cremos em Jesus precisamos aprender que ele morreu por amor fiel até o fim e que Deus mostrou a justiça daquele que o mundo condenara, na Ressurreição, pela qual ele está presente junto à comunidade. Em função disso, torna-se significativa a narrativa que situa seu nascimento na cidade de Davi, em Belém, como se esperava do Messias, pois ele realizou o que se esperava do Messias, ainda que de uma maneira totalmente inesperada, morrendo por amor uma morte de escravo.

Me entendam bem. Não estou dizendo que os fatos não têm importância. Estou apenas dizendo que devem ser entendidos na modalidade certa. Se você sintonizar seu rádio em

**Para cremos em Jesus precisamos aprender que ele morreu por amor fiel até o fim e que Deus mostrou a justiça daquele que o mundo condenara, na Ressurreição, pela qual ele está presente junto à comunidade.**

AM, vai ouvir outra coisa que em FM, ainda que o ponteiro esteja no mesmo lugar. Sintonizado para detalhes historicamente exatos, você não vai ouvir a mensagem da confiança em Cristo, em sua obra e em sua comunidade, que os evangelhos querem transmitir. Sintonizar esta mensagem é a arte de escutar o Novo Testamento e ler os evangelhos como convém. Contemplar o Jesus que os evangelistas nos colocam diante dos olhos e perguntar: "Será esta a palavra que dá um sentido último a minha vida?", isso é sintonizar para o Jesus narrativo. Por isso João chama Jesus a Palavra de Deus (João 1,1.14), a palavra da Vida (1 João 1,1).

O Concílio Vaticano II disse, por um lado, que os autores bíblicos se expressam à maneira das pessoas de seu tempo e ambiente (Dei Verbum, n. 12), por outro, que os livros bíblicos ensinam com certeza, fielmente e sem erro a verdade que Deus em vista de nossa salvação quis fosse consignada nas Sagradas Escrituras (ibid., n. 11). Pois bem, o "Jesus narrativo" é aquele que os apóstolos e evangelistas "consignaram" como verdade em vista de nossa salvação.

## A arte de escutar uma narrativa

O "Jesus narrativo" é bem mais interessante que o Jesus esquelético reconstituído artificialmente pelos historiadores. Na narração, ele

vive. A narração faz viver um personagem, como sabe qualquer professora ou catequista. Olhe os filmes "Os Narradores de Javé", "Diários de Motocicleta", "Central do Brasil". O que faz o sucesso de Paulo Coelho é que ele sabe tecer numa narrativa, ainda que simplória, uma ladainha de provérbios e sabenças que se podem encontrar também alhures. Ora, a trama não é a

única coisa que faz o tecido do texto. Precisa também de fibra: a mensagem que se encarna tanto na intriga da narração quanto nas palavras que os personagens falam. E também nas pausas, reticências e entrelinhas...

Ao ler (ou escutar) os evangelhos devemos fazer o que fazemos ao ler, enquanto "leitores honestos", qualquer outro livro: acompanhar, deixar penetrar em nós o que a narrativa fala através dos personagens. Os evangelhos querem transmitir palavras de Jesus, mas fazem-no cada qual de seu próprio jeito e de acordo com seu tempo e público. Nos evangelhos sinópticos, Jesus fala a linguagem dos camponeses, pescadores e comerciantes da Galiléia, que servia também para a maioria dos primeiros cristãos. No evangelho de João, ele fala a linguagem dos intelectuais judeo-helenistas... Há quem deixe de lado o evangelho de João, por achar que "não foi bem assim que Jesus falou", enquanto outros o louvam porque fala uma linguagem que transcende as culturas... Ainda bem que a Igreja conservou os quatro evangelhos e não um só, como queria o herege Marcão!

No "processo da leitura" o leitor dá sua contribuição. Entra em diálogo com o autor.

**Os evangelhos não são livros de matemática, que querem transmitir um conhecimento claro e distinto, sem ambigüidade. Narrador e ouvinte constroem juntos o personagem que provoca adesão ou rejeição.**

---

O mesmo acontece na narrativa. Os evangelhos não são livros de matemática, que querem transmitir um conhecimento claro e distinto, sem ambigüidade. Narrador e ouvinte constroem juntos o personagem que provoca adesão ou rejeição.

Não podemos rastrear com os métodos científicos os fatos objetivos da narrativa da ressurreição. Não temos fotografias, impressões digitais etc. O que

temos é a fé inabalável dos nossos pais na fé. Para a fé em Cristo é indispensável aquilo que a ressurreição significa: que Jesus saiu vencedor do conflito que lhe custou a vida. E que nós estaremos salvos se estivermos do lado de Jesus, se optarmos por ele. É essa a mensagem essencial que a narrativa nos quer comunicar.

## Celebrar

O processo que acabo de evocar não faz parte do nosso cotidiano. O cotidiano é chegar em casa, cansado, e ligar a tevê. Para recommençar narrando e escutando precisamos de tempos e espaços separados, "santos". De celebração, de liturgia, divino ofício do povo fiel. Precisamos de tempos sagrados para "re-presentar" as nossas origens na narrativa e nos gestos simbólicos. Não uma liturgia reduzida a aeróbica e tampouco a discurso sociopolítico, a "símbolos" do nosso trabalho diário que são símbolos de nós mesmos e não do Outro que celebramos. Mas uma liturgia que nos faça beber novamente na fonte única que brotou no kairós único do acontecimento fundador, que é a vida,

morte e ressurreição de Jesus de Nazaré no seio do povo que lhe legou a linguagem da eleição, da aliança, da justiça e do amor. Esse tempo a ser reinstaurado continuamente é um tempo santo e não pode ser reduzido, nem à profanidade boa e justa de nossas responsabilidades profissionais e políticas, e muito menos à profanidade insana da publicidade, da manipulação sensacionalista e da histeria.

A renovação litúrgica do Concílio Vaticano II teve, entre outros, o grande mérito de pôr em evidência a celebração da Palavra. De modo algum quero desmerecer a Mesa da Eucaristia, que é o coroamento da Mesa da Palavra, como repetidamente escrevi. Mas quero acentuar que a atenção própria dada à celebração da Palavra, dentro ou fora da Missa (caso de 70% das nossas comunidades), deve ser um incentivo para criar esse espaço sagrado no qual a narrativa fontal se torne acessível a todos os que querem ser cristãos conscientes, isto é, os que aderem (= sentido bíblico de "amar") a Jesus, o Cristo, e nele têm sua firmeza (= sentido bíblico de "crer"), praticando seu mandamento do amor fraterno como sinal de serem seus discípulos: os que aprenderam dele (Jo 13,35). E tal espaço sagrado para a narrativa fontal exige condições dignas, desde o lugar arquitetônico e a tecnologia acústica até o treinamento dos leitores e a competência teológica e didática do homileta.

Não se trata somente de um momento no fim de semana (se não temos outros compromissos – festinhas, sítio, praia, etc...). Trata-se de viver nossa cidadania cristã. A iniciação cristã (que nos torna *perfecti*, "perfeitos", completos) é a participação da Eucaristia inaugurada pelo banho batismal e a unção com a crisma do Ungido, Cristo. Escutar a narração que ouvimos desde o princípio (cf. 1Jo 1,1) pertence à nossa "formatura" como cristãos. É rito e relato, gesto e gesta do povo que Deus elegeu, algo que é maior que nós e a que nos entregamos como ouvintes que fazem acontecer a narração juntamente com o narrador que criou o texto que virou regra (cânon) da comunidade de fé. Tal narração não se ouve com "ouvido mouco", nem com mente de mero examinador ou de artista em busca de performance... É sacramento. Por isso, seu lugar próprio é na Eucaristia, sacramento por excelência e lugar da plena participação cristã, e os que governam a Igreja devem procurar soluções para que a celebração eucarística possa acontecer cada domingo em todas as comunidades como lhes cabe de direito.

---

**Johan Konings, SJ.** Teólogo. Bibliista. Professor de Bíblia na FAJE (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte)

**Endereço do autor:**

Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 – Planalto  
31720-300 BELO HORIZONTE – MG

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1 - Na sua opinião, que lugar a questão da identidade cristã ocupa na preocupação evangelizadora da Igreja no Brasil hoje?
- 2 - Que condições são necessárias para que se possa levar as comunidades à arte de escutar uma narrativa e ao querer e saber celebrar?
- 3 - Que se pode fazer para ajudar as comunidades a crescerem na compreensão e na vivência da sua identidade cristã?

## Introdução

A espiritualidade bíblica tem, como componente essencial, a vivência da fé e sua explicação teológica no contexto do Povo Eleito do AT, e do Povo de Deus do NT. O próprio termo — “espiritualidade” — tem significado explicativo devido à referência ao Espírito Santo atuando na comunidade de fé e no coração dos fiéis, quando tendem a elevar-se até Deus. A característica marcante da Bíblia é a espiritualidade comunitária, com prioridade na comunidade de fé e com interesse no indivíduo como membro nela inserido, superando o espírito coletivo da cultura tribal dos semitas e transcendendo a preferência por temperamentos afins. Nisso aparece a dimensão comunitária no AT e eclesial no NT, servindo também de substrato da espiritualidade popular e da piedade pessoal, bem como de tantos outros movimentos espirituais da tradição bíblica.

## 1. A espiritualidade do Antigo Testamento

A espiritualidade do AT está baseada em dois princípios fundamentais da revelação divina. Esses constituem as duas colunas sobre as quais repousa a religião de Israel: A *Eleição* divina e a *Aliança* sagrada.

Para entrar na esfera da aplicação desses dois princípios para o Povo Eleito do AT, não basta elaborar categorias teológicas. Requer-se

também levar em consideração sua inculturação na mentalidade dos israelitas e na vida comunitária nas diversas etapas de sua história. É que o grupo, a família, o clã ou a tribo, como unidade social, eram idênticos, mas o sentido da coesão social e religiosa era diferente em cada caso. No interior da família é que surgiu o tipo de relação entre os familiares como agrupamento à base de um relacionamento como paternidade e irmandade espiritual. Destarte, os vínculos sociais entre os israelitas não se definiram pelos critérios étnicos e raciais, mas pelos laços sócio-históricos dos membros do Povo Eleito.

### 1.1. História dos Patriarcas

As narrações sobre as etapas da vida nomádica dos Patriarcas e os acontecimentos que ocorreram em suas migrações têm como pano de fundo a transumância nos campos e nas colinas da região da Palestina (Gn 12-50). É neste contexto que se situa a *Eleição* divina, pois a migração anual dos pastores se iniciava com a invocação de Deus, de quem se implorava a proteção nos novos territórios. É que os pastores e os rebanhos deixaram para trás o patrocínio do deus tutelar do país de origem quando se punham a caminho rumo a um destino desconhecido. É interessante notar que os Patriarcas não invocaram o patrocínio do deus Baal, como divindade tutelar de Canaã, mas escolheram o “*Deus Altíssimo, Criador do céu e da terra*” (Gn 14,19). Essa escolha era inspirada

pelo Espírito porque se tratava de Deus como Criador e Benfeitor, e não de um deus associado às forças telúricas e cósmicas, como p.ex. Baal que era o deus da tempestade. Era função de Deus atender o pedido por proteção e bênçãos de ventura para os Patriarcas e suas famílias, que se tornaram portadores de sinais de benevolência divina para toda a humanidade (Gn 12,1-3).

A espiritualidade característica dos Patriarcas é a assimilação dos princípios da *Eleição* divina e da *Aliança* sagrada na intimidade da família e no intercâmbio com os grupos sociais de tradições religiosas diferentes. Notável aí é o critério seletivo na adoção de formas culturais e concepções religiosas, não através da assimilação pura e simples de práticas e expressões de piedade cananéias, mas da vivência da fé com atos de adoração e da oferenda de dons sagrados como era praxe na devoção cultural: no altar de Betel (Gn 12,7-8, 13,4), no altar de Hebron (Gn 13,18), na ação de graças de Melquisedec (Gn 14,18-24), na ratificação da *Aliança* entre Deus e Abraão (Gn 15,18-21).

Digna de nota é a mudança de sentido da circuncisão, o rito da puberdade, em voga entre os povos primitivos para marcar a transição

entre infância e adolescência. Longe de ser meramente um "rito de passagem" como iniciação na fase de amadurecimento humano, tornou-se um "rito religioso" como incorporação no povo da *Aliança* (Gn 17,1-27). Esse rito remonta à tradição do Patriarca Abraão e entrou em vigor desde então em Israel durante todo período histórico, até os dias de hoje no judaísmo. Outra inovação é a rejeição do costume de "infibulação" das meninas sem jamais ser praticada em qualquer época da história de Israel.<sup>1</sup>

Na verdade, a pertença à *Aliança* sagrada não estava ligada a antigos ritos de iniciação em voga entre as tribos, mas foi introduzida como rito religioso praticado pelas famílias dos Patriarcas. Bastava, portanto, a circuncisão dos meninos para comprovar o fato de que a pertença à *Aliança* não se faz por nascimento, ou por herança, ou então por osmose. Com isso ficou abrogada a lei segunda qual a continuidade histórica da *Aliança* acontece não pela

**A espiritualidade característica dos Patriarcas é a assimilação dos princípios da *Eleição* divina e da *Aliança* sagrada na intimidade da família e no intercâmbio com os grupos sociais de tradições religiosas diferentes.**

lei da primogenitura, mas por *Eleição* divina, como é descrito no relato do "sacrifício de Isaac por Abraão" (Gn 22,1-19).<sup>2</sup> Notável também é a extensão da *Eleição* divina à escolha da esposa de cada um dos Patriarcas: Sara (Gn 12,11-20), Rebeca (Gn 24,44), Lia e Raquel (Gn 29-30).

<sup>1</sup> Enrico Casale, "Dossier: Infibulazione: dignità mutilata", em Revista *Popoli*, Ottobre 2006, No. 10, p. 10-18. Para maior informação cf. [www.stopfgm.org](http://www.stopfgm.org); [www.dirittiumani.donne.aidos.it](http://www.dirittiumani.donne.aidos.it); [www.amnesty.it](http://www.amnesty.it) etc.

<sup>2</sup> Cf. L. Stadelmann, "O Sacrifício de Isaac: Um texto clássico sobre o discernimento espiritual na Bíblia", em *Perspectiva Teológica*, Ano 23, Nº 61, Set.-Dez. 1991, p. 317-332.

Eram tidas como as Matriarcas de Israel porque fomentavam o “espírito do lar” e desempenhavam o papel crucial na realização da promessa anexa à *Aliança* sagrada<sup>3</sup>.

A História dos Patriarcas não termina com a morte do Patriarca Jacó, mas conclui com a continuidade histórica dos descendentes, organizados em doze tribos de Israel (Gn 49,28). Eis portanto, a vivência da fé que era idêntica em todas as tribos de Israel, sem variação nas diversas épocas e circunstâncias históricas.

## 1.2. Êxodo do Povo de Israel

O evento do Êxodo é a dramatização histórica da *Eleição* divina das tribos israelitas, refugiadas na terra do Egito, e sua organização como Povo Eleito, lembrado desde então na religião de Israel como memorial litúrgico na festa da Páscoa. É nesta solenidade que se celebra a fundação de Israel, não meramente como comunidade sócio-histórica, mas como comunidade que vive sob a *Eleição* divina, não como elite à parte do conjunto dos povos, mas como povo no seio das nações servindo de paradigma de salvação da humanidade (Gn 18,19).

Na marcha pelo deserto há um hiato de quarenta anos, desde a saída do Egito até à chegada ao Monte Sinai, o lugar da organização das tribos israelitas em povo da *Aliança* com Deus. É o caminho do Êxodo que os israelitas

trilharam para dramatizar o fato do percurso desde a libertação do Egito até à revelação divina pela Lei divina no Sinai. Sua relevância de validade perene é inculcar a necessidade de normas éticas na vida moral do Povo Eleito como condição imprescindível para chegar à Terra Prometida. Pois o caminho da libertação implica a “*liberdade de*” situações de opressão, passando para a “*liberdade para*” abraçar as leis de moral, e envolve a “*liberdade com*” a comunidade de fiéis, ou em outras palavras, partindo da expressão “Eu posso” para “Eu devo”.

## 1.3. Pregação dos Profetas

A função religiosa dos profetas em Israel era a organização dos israelitas em comunidades éticas, juntamente com a consolidação das comunidades de fé. O movimento dos profetas surgiu, como instituição, desde o início da monarquia em Israel, pois no período tribal, isto é, sob a liderança de Josué e dos Juízes, não havia profetas. A explicação do ofício dos Juízes durante toda uma etapa histórica em Israel pode estar na dupla função desses líderes tanto na área religiosa como judicial.

Com o surgimento da monarquia em Israel (começando com o reinado de Saul e, a seguir, o de Davi, em 1010 a.C.), foi ab-rogado o sistema de organização tribal, substituído pela instituição do governo central sob a chefia do rei,

**A função religiosa dos profetas em Israel era a organização dos israelitas em comunidades éticas, juntamente com a consolidação das comunidades de fé.**

<sup>3</sup> Cf. Catherine Chaliel, *As Matriarcas: Sara, Rebeca, Raquel e Lia*, (Trd. E.F. Alves), Petrópolis: Ed. Vozes, 1992, (Original francês 1985).

com sede em Jerusalém. Sua função governamental e política sobre todas as tribos suplantou a autonomia territorial e as lideranças dentro dos clãs, surgindo o perigo de implantar-se o sistema de organização do Estado seguindo o modelo das monarquias cananêias e dos reinados e impérios pagãos. Era necessário salvaguardar os estatutos éticos do Povo Eleito dentro da tradição sócio-religiosa da *Eleição* divina e da *Aliança* sagrada, cujos arautos eram os profetas. Sua atuação era exercida em praça pública, e não primordialmente nos santuários, porque sua missão era proclamar a Lei divina em áreas de conflito, com ênfase

**O fator determinante na vida espiritual é o amor a Deus e ao próximo, porque o ser humano só se desenvolve como pessoa através do amor...**

---

na "justiça" na ordem pública. Os profetas visavam estreitar os laços de fraternidade entre os fiéis e a partir dali estendê-la para toda a sociedade civil de Israel, a fim de que o mundo do trabalho, o mundo do comércio e o mundo da política ficassem imbuídos pelas relações vitais da *Aliança* sagrada.

#### **1.4. A espiritualidade nos Salmos**

Trata-se da vivência da fé na liturgia por meio da oração comunitária e, ao mesmo tempo, de sua aplicação à vida. Implica em atitudes dos fiéis que se esforçam em desempenhar sua missão na vida, dentro dos parâmetros religiosos do Povo da *Aliança* em união com Deus. Seu âmbito não se restringe ao particularismo judaico, mas estende-se à *comunidade litúrgica* que abrange os fiéis do Povo Eleito e os prosélitos que integram o Povo de Deus. A solidariedade

entre as pessoas que a compõem, baseada na participação de princípio único profundo, é a vinculação com Deus pela *Aliança* sagrada e a inserção na comunidade soteriológica do Antigo Testamento, cuja continuidade histórica se estende para a comunidade cristológica do Novo Testamento. Por isso, a ênfase na conformidade com a vontade de Deus, pormenorizada na Lei divina, não é atribuir ao voluntarismo ético o papel de vivência e crescimento na vida de perfeição, mas na adesão pessoal a Deus como Autor da *Aliança* sagrada e Pai do Povo Eleito. Daí que a natureza da religiosidade bíblica não se reduz a uma higiene da alma

ou uma terapia espiritual de quem se submete à Lei divina recitando os versos do Sl 119 dedicados aos oito sinônimos (preceitos, prescrição, decretos, mandamentos, decisões, palavra, estatutos, testemunhos) inseridos nas vinte-e-duas estrofes desse Salmo. Aliás, nunca se menciona meramente a "Lei", mas sempre a "tua Lei" isto é, a Lei de Deus.

Caracteriza-se como espiritualidade porque a convivência humana baseia-se no intercâmbio animado pelo amor e pela piedade para com Deus e pela solidariedade para com as pessoas, favorecendo a completa educação pessoal e social dos filhos. O fator determinante na vida espiritual é o amor a Deus e ao próximo, porque o ser humano só se desenvolve como pessoa através do amor e só se transcende a si mesmo, quando sua existência, imbuída de amor, é partilhada com os de sua família e se estende para Deus, através de sua ação participativa na missão da comunidade de fé.

A importância da espiritualidade comunitária inspirada na experiência de fé e vivenciada na comunidade está na percepção dos sinais da presença atuante de Deus na vida cotidiana. Essa experiência de fé é descrita pelos salmistas como manifestação verdadeira da bondade divina que transborda de amor para com o ser humano: Antes que alguém professasse a fé em Deus, a solicitude e a ternura de sua mãe eram a expressão da própria bondade divina para com Ele.

*<sup>10</sup> Na verdade,  
és tu que me tiraste do ventre materno  
...e me confiaste aos seios  
de minha mãe.*

*<sup>11</sup> Desde o nascimento fui entregue a ti,  
desde o ventre de minha mãe  
és tu meu Deus  
(Sl 22,10-11).*

Alguém poderia objetar que o salmista projeta um sentimento subjetivo para Deus, como mera sublimação do amor, elevando-o ao nível mais elevado, a saber, o amor de doação de si mesmo. Mas essa objeção só seria válida, se o indivíduo em questão fosse uma pessoa avulsa rezando a Deus e não, como é o caso na oração dos Salmos por um dos fiéis da comunidade de fé e membro do Povo Eleito. Com efeito, é interrogando a razão iluminada pela fé que entendemos o elemento essencial de nossa perfeição que é o amor que nos une a Deus, que se autocomunica através da *Aliança* sagrada com seu povo.

## *Espiritualidade de alegria*

Um traço marcante de espiritualidade bíblica é a alegria. Em oposição a esta espiritualidade há correntes de austeridade e severidade daqueles que, cheios de boa vontade, se empenham com fervor ou entusiasmo excessivo ao trabalho da própria perfeição, mas acabam por se fatigar e esgotar com esforços inúteis.

A causa principal da alegria espiritual da comunidade de fé é a presença atuante de Deus sentida na liturgia e na vida (Sl 119,14.74.111.162). Na comunidade cristã recordamos a liturgia da Eucaristia dominical, cuja celebração não se reduz a uma revivescência (*revival*) cultural, porque os fiéis festejam a união com o Cristo sacramental. O elemento específico dessa vivência festiva é a alegria pela vitória sobre a morte e alegria pela glória da ressurreição de Cristo. Tudo isso se converte em mensagem de fé para toda a humanidade e em componente essencial da espiritualidade cristã.

Essa alegria tem como fonte primária o próprio Deus da *Aliança*. É portanto dom de Deus e não fruto do intelecto humano ou da faculdade volitiva, embora contribuam como meio de coordenação e como instrumento harmonizador dos desejos. O dom de alegria espiritual nutre-se num clima de fraternidade e numa comunidade convivial. A alegria

### **O dom de alegria espiritual nutre-se num clima de fraternidade e numa comunidade convivial.**

---

é propícia para se criar um ambiente de espontaneidade na manifestação de emoções, de expansão eufórica e animação lúdica da mocidade, da conversação descontraída dos adultos e da convivência entre os familiares no pequeno

círculo do lar. Não menos importante é o efeito benéfico na vida pessoal como meio para diluir as tensões e mitigar o cansaço da alma. Não admira que a felicidade é tão relevante entre os pobres e simples como entre os grandes privilegiados da vida.

Esta espiritualidade de alegria implica renúncias ao comodismo e ao apego dos bens materiais, visando-se dar prioridade aos bens espirituais. No judaísmo surgiu uma mística da austeridade entre os "essênios" e "terapeutas", e no cristianismo entre os "ebionitas". Essa mística de rigor ascético era inspirada em parte nas condições de pobreza de grupos sectários e em parte na aplicação generalizada das expressões de austeridade na pregação dos profetas no AT ou de Cristo no NT, como se fossem exigências para um estilo de vida normal. Os textos bíblicos do NT visam transmitir uma mensagem

para os fiéis de toda a Igreja, e não restrita a um grupo sectário ou a um círculo de ascetas. Na verdade, o chamado à renúncia dos bens materiais se entende de modo diferenciado quanto à espiritualidade e quanto à história da Igreja. No primeiro caso, trata-se da exigência de adesão pessoal a Cristo, prevalecendo o valor espiritual sobre o material. A renúncia tem validade para a vida cristã de todos os fiéis, mas só quando é assumida em virtude da relação pessoal com Cristo, e não em virtude de uma "causa", ou um ideal religioso qualquer. Entretanto, a exigência da renúncia restringe-se a alguns grupos de fiéis que abraçam o estado da "vida consagrada" em vista da perfeição, não

para fins de aprimoramento moral e religioso, mas por vocação divina como *carisma* do Espírito Santo para servir de credibilidade do apostolado cristão entre as mais variadas camadas sociais, principalmente entre os pobres.

No segundo caso, há um retrospecto narrativo (nos Evangelhos), sobre a Igreja dos primeiros tempos, prestando-se uma homenagem aos primeiros missionários que, por causa da perseguição dos judeus, sofreram boicote no comércio e foram expulsos da pátria, tendo que

viver alhures na clandestinidade. Essas circunstâncias foram providenciais para a expansão do cristianismo, difundindo-se a religião cristã pelos discípulos de Cristo, imbuídos numa espiritualidade não da condição de vítima, mas numa *espiritualidade de entusiasmo* pela obra do Reino de Deus no mundo, sob a ação do Espírito Santo.

**A renúncia tem validade para a vida cristã de todos os fiéis, mas só quando é assumida em virtude da relação pessoal com Cristo, e não em virtude de uma "causa", ou um ideal religioso qualquer.**

### ***1.5. Período pós-exílico de Israel***

Os escritos bíblicos do período pós-exílico passaram por uma revisão à luz da espiritualidade comunitária. Tanto os judeus repatriados como os israelitas autóctones de Judá consignaram por escrito a experiência amarga do Exílio do Povo Eleito, reduzido a duas tribos. Era mister salvaguardar a autenticidade da vivência da fé bíblica por esses poucos remanescentes através da restauração da liturgia no Templo. Não bastava pois uma mera revivência da espiritualidade por meio de ritos saudosistas evocando-se eventos do passado, pois a partir do saudosismo não se faz uma espiritualidade.

Por iniciativa dos israelitas, organizados em comunidades de fé na Terra Prometida e reunidos na liturgia do Templo restaurado, nasceu uma espiritualidade de fé viva e vibrante, motivada não só por causa de restauração dos símbolos religiosos da nação, mas sobretudo pela evocação dos princípios religiosos da *Eleição* divina e da *Aliança* sagrada, que não se desgastaram nem se tornaram obsoletos.

Nos livros das *Crônicas* relata-se, numa visão retrospectiva, a história de Israel em duas etapas, abrangendo o período pré-exílico e pós-exílico. O objetivo é ressaltar o duplo aspecto da vivência da fé na vida pública e privada, tal como aparece nos protagonistas do povo. Além disso, o primeiro aspecto dessa vivência concerne a prática do *culto* mostrando o fato de que Israel possuía uma *religião viva*. O segundo aspecto trata do elemento essencial do culto que não se restringe aos ritos religiosos, mas está no dom da *graça* divina, cuja mediação *sine qua non* é a liturgia sagrada, e não mero culto religioso. Daí que especial destaque recebem o culto sacrificial e a instituição do sacerdócio, pois compete exclusivamente aos sacerdotes oficiantes no Templo oferecer o sacrifício de ratificação da *Aliança* sagrada. Na verdade, é um caso raro na história dos povos da Antigüidade: que, após a extinção da liderança,

das estruturas nacionais e da deportação dos habitantes, um povo tivesse sido restaurado e sua integridade territorial fosse novamente reconhecida pelos povos vizinhos. Para os israelitas era de fundamental importância recuperar as sagradas instituições do Povo Eleito,

**... a vivência e o testemunho de fé da tradição bíblica são fruto do Espírito, que continua elicitando uma resposta convicta para o engajamento pessoal nas tarefas eclesiais.**

---

para que os fiéis dentro e fora do país pudessem comprovar que de fato eles estavam vivendo sob a *Eleição* divina e a *Aliança* sagrada. Tanto os livros das *Crônicas* como os livros de *Esdras* e *Neemias* captam sua mensagem espiritual e transmitem uma espiritualidade de vibrante e alegre piedade para com Deus<sup>4</sup>.

## 1.6. Livros Sapienciais

A perspectiva pastoral, que cada um dos livros sapienciais<sup>5</sup> oferece à reflexão da comunidade de fé, corresponde ao objetivo primário para o qual o respectivo livro foi escrito. Dada a diversidade de setores e de ambientes, nos quais se empenham grupos de fiéis, que se aprofundam comunitariamente na experiência da fé, não se pode encarecer demais a importância do estudo destes sagrados livros para que os esforços humanos se inspirem na mensagem de *espiritualidade* e possam dar frutos de salvação. Pois a vivência e o testemunho de fé da tradição bíblica são fruto do Espírito, que

<sup>4</sup> Cf. John C. Endres, "The spiritual vision of Chronicles: Whole-hearted, Joy-filled Worship of God", em *The Catholic Biblical Quarterly*, vol. 69, No.1, January 2007, p. 1-21.

<sup>5</sup> Devido a afinidades estilísticas e temáticas, alguns livros sapienciais foram associados aos livros proféticos, como p.ex. *Lamentações*, *Daniel*, *Jonas*.

continua elicitando uma resposta convicta para o engajamento pessoal nas tarefas eclesiais.

A dimensão experiencial e comunitária da espiritualidade que aí se destaca é a atividade pastoral dos grupos de fiéis. Os autores sapienciais produziram obras de valor inestimável oferecendo na Bíblia livros dedicados a uma espiritualidade operante que assume o compromisso social decorrente do amor fraterno.

Um breve conspecto sobre as diversas problemáticas abordadas nos livros sapienciais será de grande proveito para a reflexão sobre o apostolado da pastoral de conjunto. O *Livro de Jó* apresenta a espiritualidade da “pastoral dos enfermos” que leva as pessoas até Deus através dos questionamentos existenciais do valor da vida de alguém que está sofrendo grave enfermidade<sup>6</sup>. O *Livro dos Provérbios* valoriza o

ensino na escola e na tutoria dos jovens como tarefa da “pastoral da família” para a inculturação da fé e dos princípios de moral na mentalidade dos jovens e adolescentes. O *Livro do Eclesiastes* oferece diretrizes à “pastoral dos universitários”, para o aprofundamento da fé no ambiente acadêmico<sup>7</sup>. O *Cântico dos Cânticos* aborda a ação primordial da coesão social entre os vários grupos de fiéis para criar uma comunidade de fé ao resguardo da fragmentação em facções e seitas<sup>8</sup>. Outras abordagens em voga na atualidade ficam na contramão da proposta do autor, ao tratarem deste livro como alegoria do amor idealizado por Salomão e a Sulamita visando oferecer uma mensagem amorosa aos noivos<sup>9</sup>. Neste caso se descarta o teor do “Curso de Noivos” no *Livro de Tobias*, que oferece subsídios de reflexão aos encarregados da

<sup>6</sup> Cf. L. Stadelmann, *Itinerário espiritual de Jó. Tradução e Comentário do Livro de Jó*, São Paulo: Ed. Loyola, 1997. Este livro destina-se à reflexão sobre as atividades da Pastoral de Saúde.

<sup>7</sup> Cf. Ludger Schwienhorst-Schönberger (trad. e coment.), *Kohélet*, Freiburg-Basel-Wien, Herder, 2004, 572 p. Este comentário é uma obra fundamental da exegese bíblica porque aborda o livro de Coélet numa visão de conjunto em todas as suas partes sem apelar para estruturas literárias baseadas em conjecturas.

<sup>8</sup> Cf. L. Stadelmann, *Cântico dos Cânticos*, S. Paulo: Ed. Loyola, 2ª ed. 1998. O problema do antagonismo entre judeus autóctones e repatriados aflorou com o retorno dos judeus exilados vindos da Babilônia. O argumento de fidelidade à religião judaica foi reforçado com a contribuição de bens materiais ao erário do Templo. No Livro de Esdras consta o inventário dos bens que os judeus repatriados trouxeram da Babilônia: 30 taças de ouro, 1029 taças de prata, 30 cálices de ouro, 410 cálices de prata, 1000 objetos diversos de grande preciosidade, sendo o total 5400 objetos de ouro e prata (Esd 1,9-11).

<sup>9</sup> As promessas de restauração do Povo de Deus estão vinculadas à casa davídica e exprimem a esperança de um novo reino, como o de Davi (Ez 37,15-28). Entretanto, o ponto em questão no *Cântico dos Cânticos* é a estrutura política da monarquia como instituição governamental do povo israelita e não o amor romântico entre Salomão e a Sulamita. É de notar-se que o “sentido do amor” não é de um romantismo intimista, mas é tomado da terminologia jurídica dos tratados políticos da Antigüidade. Uma dessas palavras é “amor”, usada como sinônimo de aliança social e política entre Estados, reis e grupos sociais, quando formalizada por acordo escrito. Por conseguinte, as expressões de amor da Sulamita por Salomão designam a aliança política entre o rei e o povo. Os gestos de apreço mútuo — beijos, abraços, recepção em casa, refeições em comum — têm significado de ritos simbólicos da aliança, como manifestação não-verbal da pertença mútua. Veja-se o artigo clássico desse tema: W.L. MORAN, “The Ancient Near Eastern Background of the Love of God in Deuteronomy,” CBQ 25 (1963) 77-87.

preparação dos noivos e de suas famílias para a celebração do matrimônio. O *Livro do Eclesiástico* se dedica à tarefa de captar na Bíblia sua mensagem espiritual ao longo da história, aplicando-a à formação religiosa dos adultos. O *Livro da Sabedoria* aprofunda a noção de sabedoria, explicando-a como mediação do sentido da revelação divina quanto ao desígnio salvífico de Deus com respeito à humanidade.

O *Livro de Rute* é inspirador para a “pastoral de refugiados”. Trata-se de acolher também pessoas de convicções religiosas e práticas tradicionais adquiridas em outros países<sup>10</sup>. Destarte, essa atividade pastoral não se identifica

com a obra de assistência social aos imigrantes, mas se dedica à promoção da integração sócio-religiosa de novos membros na comunidade de fé, sem discriminação racial, religiosa ou econômica. O *Livro de Judite*, como também o *Livro de Ester*, ilustra a “pastoral dos fiéis em ambiente hostil”. Bem sugestivo é o uso do gênero literário da novela histórica para dramatizar o princípio da espiritualidade: a fidelidade do justo é submetida à provação (cf. Eclo 2,1). É notável o tipo de pastoral libertadora que se engaja na luta sem recear obstáculos.

Entre os temas da espiritualidade encontramos também o da conversão contínua. Não

somente para purificar-se do estado pecaminoso, mas também para progredir na via de ascese. É esse o objetivo da atividade da “pastoral de conversão” no *Livro de Jonas*, que previne contra o desvirtuamento do progresso espiritual por causa do ressentimento, amargura, mágoa e ódio

alojado no coração. Pois na tradição popular de Israel procurava-se justificar o sentimento de vingança ao evocar a perseguição aos judeus pelos assírios. Mas este ódio não se justificava de maneira alguma, embora os judeus procurassem projetar o sentimento de vingança para Javé, prestes a punir os ninivitas. Pelo contrário, foi Ele que manifestou sua misericórdia ao

enviar o profeta Jonas para pregar a conversão dos habitantes de Nínive, a capital do reino assírio<sup>11</sup>.

## 2. A espiritualidade do Novo Testamento

Os temas de espiritualidade abordados no NT tratam da experiência cristã no âmbito da piedade coletiva e da devoção individual. Ressaltam a vida interior da comunidade litúrgica, como também de pessoas particulares, e levam em conta atitudes que expressam estados de

**A espiritualidade cristã  
acompanha o itinerário  
dos fiéis, em suas  
variáveis históricas,  
desde o seu início,  
através de práticas de  
ascese, até à vida  
contemplativa, rumo à  
perfeição.**

<sup>10</sup>Cf. Mark S. Smith, “Your People shall be my People”: Family and Covenant in Ruth 1:16-17, em *the Catholic Biblical Quarterly*, Vol. 69, No. 2, April 2007, 242-258.

<sup>11</sup>O Livro de Jonas representa o caso único de um profeta de Israel ser enviado aos pagãos. O objetivo do livro é ensinar a conversão moral de quem quer que seja como pré-requisito do progresso espiritual, cuja validade se estende aos seguidores de qualquer religião.

alma em circunstâncias especiais. A espiritualidade cristã acompanha o itinerário dos fiéis, em suas variáveis históricas, desde o seu início, através de práticas de ascese, até à vida contemplativa, rumo à perfeição. Estágios da ascensão para Deus são a comunicação dos dons do Espírito e a sucessiva reorganização das motivações da ação humana, que tanto mais será sustentada pela graça, quanto mais a pessoa aceitar o compromisso de assumir sua missão na vida, inserida na comunidade de fé, a serviço do Reino de Deus.

## 2.1. A espiritualidade dos Sinóticos

A idéia central do ensino de Jesus nos Evangelhos Sinóticos é a do *Reino de Deus*. Para entendermos a espiritualidade que se deriva dessa idéia, expomos a natureza do Reino de Deus, a sua constituição e as condições para nele entrar.

A premissa necessária dessa idéia é a integração das comunidades cristãs num organismo mais amplo para criar uma sociedade verdadeiramente participativa e fraterna por iniciativa de Deus e colaboração humana. Já no AT se identificou o domínio de Deus sobre o seu povo vinculado a Ele pelos laços de amizade e ratificado pela Aliança sagrada. Entretanto, o que se entende pelo *Reino de Deus* não pode ser deduzido das passagens do AT que se referem ao "*Reinado de Javé*" porque essas se concentram no atributo de Deus como Soberano do mundo. Embora tanto uma como a outra dessas expressões

estejam baseadas na concepção do domínio de Deus, todavia se distinguem entre si pelo modo de sua realização. Pois o *Reinado de Javé* manifesta a atuação divina através dos meios de mediação salvífica do AT, ao passo que o *Reino de Deus* se concretiza no NT através da dupla ação do Cristo Ressuscitado e do Espírito Santo.

A identificação do *Reinado de Javé* à luz da teologia do AT focaliza a concepção da Realeza de Javé em termos de transcendência divina que ultrapassa a soberania dos deuses tutelares como soberanos dos respectivos povos do mundo pagão. É de notar-se que a perspectiva de dimensão mundial do domínio de Deus, principalmente no âmbito da história da salvação,

já foi amplamente desenvolvida no AT. Todavia, o que precisava ser enfatizado no NT era o serviço de mediação dos fiéis em termos de colaboração na obra de redenção que Cristo realizou e que continua operante por meio da Igreja em união com a ação do Espírito Santo. Na pregação de Jesus é freqüente a insistência na "justiça do reino", o que para nós parece estranho,

**Na pregação de Jesus é freqüente a insistência na "justiça do reino", o que para nós parece estranho, pois seria mais lógico que se insistisse na solidariedade entre os cidadãos do Reino de Deus.**

pois seria mais lógico que se insistisse na solidariedade entre os cidadãos do Reino de Deus. É de notar-se, porém, que na Bíblia "justiça" não se restringe à área legal ou jurídica, mas se refere antes de tudo à justiça de Deus, criativa e salvadora. Em vista das múltiplas exigências que entram no jogo, ressaltam as normas para a convivência, visando-se a fraternidade entre os fiéis da comunidade de fé, com conotação de solidariedade para com os cidadãos do âmbito civil.

Em vista da colaboração na obra da redenção de Cristo, todos as pessoas estão convidadas a "entrar no Reino de Deus", abraçando os princípios de fé que as comunidades cristãs vivenciam e manifestam no mundo. Essa influência deriva da proximidade dessas comunidades no meio dos povos em nível mundial, pois o próprio Cristo preconizou que esse reino "está no meio de vós" (Lc 17,21). Trata-se de uma irradiação dos princípios de fé e moral na vivência humana e não apenas da interiorização mental de idéias genéricas e abstratas sobre Deus e sua relação com cada indivíduo. Pois o que se visa é a assimilação da vivência cristã da fé para orientar a vontade, o intelecto, as afeições e os sentimentos das pessoas. Na prática, o que se tem em vista é propor a exemplaridade dos gestos de doação realizados por Cristo para que as pessoas assumam com docilidade suas virtudes fundamentais.

Uma visão de conjunto de todos os dados do ensinamento de Cristo sobre o Reino de Deus leva à conclusão de que se trata de uma *realidade meta-histórica*<sup>12</sup>. Sua meta é conduzir as

comunidades locais à plenitude, através da obra missionária no meio do mundo secularizado. Esse reino se torna cada vez mais manifesto onde houver uma comunidade cristã, cuja vivência da fé irradia como mensagem da salvação a um mundo muitas vezes obcecado pelo obscurantismo e desesperançado de uma vida como dom de Deus.

A súplica do Pai-Nosso: "Venha a nós o vosso Reino!" pede que o Reino de Deus inclua sobretudo a comunidade local, para que a colaboração comunitária resulte a sua implantação na história. Com essa súplica surge uma visão mais ampla na vida espiritual, despojada de sua particularidade individual e orientada para o plano universal. Pede-se que o domínio de Deus sobre a humanidade redimida vá crescendo no mundo, na medida em que aumenta o número de fiéis, até a consumação

**A súplica do Pai-Nosso:  
"Venha a nós o vosso  
Reino!" pede que o  
Reino de Deus inclua  
sobretudo a  
comunidade local, para  
que da colaboração  
comunitária resulte a  
sua implantação na  
história.**

---

dos séculos. Entretanto, poderia parecer que o fator decisivo dessa expansão dependesse do aumento numérico de comunidades cristãs, quando na realidade o fator marcante é o conjunto de fiéis como portadores de dons salvíficos para o mundo<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> O significado de uma realidade meta-histórica tem o duplo aspecto: trata-se de uma realidade que se acha presente e operante, mas que tem alcance transcendente. Destarte, os elementos contingentes do contexto terrestre estão essencialmente ordenados à sua plenitude do âmbito sobrenatural.

<sup>13</sup> Surge a pergunta sobre a função dos líderes de seitas religiosas como possíveis portadores de dons salvíficos para o mundo. A resposta que se propõe é que esses pregadores têm boa chance de serem esses portadores para a clientela do respectivo movimento, porém sem alcance para outros ambientes devido ao exclusivismo do respectivo grupo.

## 2.2. A espiritualidade de S. Paulo

O ponto central do ensinamento de S. Paulo sobre a mensagem do cristianismo para toda a humanidade, é a herança da tradição religiosa do Antigo Testamento cuja transmissão para a posteridade fica a cargo da religião cristã e não do judaísmo, ou quaisquer movimentos de religiosidade, seja o sectarismo de Qumrân, os essênios, os ebionitas ou os terapeutas, cuja espiritualidade se restringia aos respectivos grupos de seguidores.

Esses movimentos não traziam uma inovação e nem sequer se notabilizavam pela inculturação da mensagem bíblica na mentalidade da geração judaica do período intertestamentário. Visavam transmitir apenas um conjunto de convicções e práticas religiosas aos seus seguidores para preservá-las do esquecimento<sup>14</sup>. Bem diferente é a abordagem dos temas teológicos e pastorais de S. Paulo, cujos ensinamentos não são intuições nascidas em reflexões teológicas, mas reações exigidas por situações concretas nas comunidades cristãs. Seus escritos são cartas e instruções, que visavam concretamente determinadas questões e questionamentos ou eram respostas a problemas

surgidos no contexto eclesial da Igreja nascente.

O pivô da revelação bíblica é atuação de Deus na história através de Jesus Cristo, o Mediador que Deus-Pai instituiu para realizar a obra da *salvação* e *santificação* de toda a humanidade. É de notar-se que S. Paulo usa dois termos para fins de ênfase: “salvação” e “santificação”, significando o *designio salvífico* e *santificador de Deus*.

Nesse ponto surgiu um confronto entre duas posições diametralmente opostas: o judaísmo rejeita, por princípio, que o Povo Eleito precise de um Mediador para

entrar em contato com Javé, já que está vinculado com Ele pela *Aliança* sagrada; por outro lado, o cristianismo abraça a fé em Cristo como Mediador, o centro da revelação divina. Esse Mediador exerce o papel de Intercessor que leva nossas preces ao Deus Altíssimo e na função de Redentor traz os dons salvíficos como sinais da benevolência divina. Portanto, aceitar a fé em Deus implica aceitar a mediação imprescindível que Ele nos oferece em seu Filho. Destarte, quem rejeita essa mediação, opta pelos meios de salvação e santificação que outros movimentos de religiosidade propõem, como p.ex. o judaísmo nas suas várias facções: fariseus, saduceus, essênios, herodianos etc.

**A objeção contundente do judaísmo contra o cristianismo é a morte cruenta de Cristo, pois a figura de Messias-Mártir seria prova irrefutável de que Deus-Pai rejeita esse tipo de mediador.**

<sup>14</sup>O legado cultural do judaísmo antigo encontra-se nas seguintes obras: a) Talmud (exposição das práticas e dos costumes da religião judaica); b) Mishnah e Tosefta (tratam das instruções mosaicas): a Mishnah e a Guemara constituem o Talmud; c) Midrash (comentário atualizante das narrativas do AT); d) Peshet (comentário atualizante dos textos proféticos do AT); e) Haggadah (comentário atualizante dos textos litúrgicos do AT); f) Halakah (comentário atualizante dos textos legislativos do Pentateuco).

A objeção contundente do judaísmo contra o cristianismo é a morte cruenta de Cristo, pois a figura de Messias-Mártir seria prova irrefutável de que Deus-Pai rejeita esse tipo de mediador. A figura do Messias em voga entre os judeus é do tipo transcendente que está alheio a todo sofrimento e distante da humanidade sofrida. Nesse ponto de controvérsia teve influência decisiva o apóstolo Paulo, que inculcava de modo incansável que a morte de Cristo é salvífica para toda a humanidade, e não meramente o fim biológico de sua vida na terra. Na verdade, trata-se do resgate dos pecadores da condenação eterna, resultando na salvação através dos méritos da obra de redenção de Cristo e que Deus-Pai aplica aos pecadores arrependidos. Sem a morte salvífica de Cristo não há salvação para a humanidade: "não há remissão sem efusão de sangue", *sine effusione sanguinis non fit remissio* (Hb 9,22). Além disso, esses méritos são fonte de enriquecimento de dons sobrenaturais em benefício dos fiéis, fazendo-os crescer no estado de *santificação* até chegar à plenitude.

A contribuição de S. Paulo à soteriologia é a ênfase no enriquecimento com dons sobrenaturais, após o estágio doloroso do processo de purificação da concupiscência do "homem velho", passando para o estado do "homem

novo" (Rm 6,4; Ef 4,24). O fator decisivo nesse esforço de aperfeiçoamento espiritual e moral é o papel da comunidade cristã cujos sacramentos do Batismo e da Eucaristia são meios indispensáveis à regeneração sobrenatural dos redimidos do Povo de Deus.

**O fator decisivo nesse esforço de aperfeiçoamento espiritual e moral é o papel da comunidade cristã cujos sacramentos do Batismo e da Eucaristia são meios indispensáveis à regeneração sobrenatural dos redimidos do Povo de Deus.**

novos" (Rm 6,4; Ef 4,24). O fator decisivo nesse esforço de aperfeiçoamento espiritual e moral é o papel da comunidade cristã cujos sacramentos do Batismo e da Eucaristia são meios indispensáveis à regeneração sobrenatural dos redimidos do Povo de Deus. Os fiéis da comunidade cristã estão engajados na obra de santificação *ad intra* e na obra missionária *ad extra* por ação de Cristo Ressuscitado e pela ação

do Espírito Santo. Em breves palavras, o destino da ação de Deus no mundo está ligado ao destino do cristianismo.

Assim, pois, não difere substancialmente da dos Sinóticos a espiritualidade de S. Paulo: despojar-se do homem velho é praticar a renúncia à concupiscência da natureza humana; e revestir-se do homem novo pelo Batismo é unir-se a Jesus Cristo pela Eucaristia e por ele a Deus, é amar a Deus e ao próximo.

### **2.3. A espiritualidade de S. João**

Nos escritos de S. João<sup>15</sup>, já não é a idéia do Reino, nem a do desígnio salvífico e santificador de Deus sobre o homem que predomina, senão a da *união com Deus*. S. João faz-nos conhecer a *vida interior de Deus*, do *Verbo Encarnado* e a *espiritualidade cristã*.

<sup>15</sup> Os Escritos Joaninos abrangem o Evangelho de S. João, as três Cartas Joaninas e o livro do Apocalipse.

A apresentação dos temas de fundo consiste numa cristologia mais extensa sem envolver em elucubrações espiritualizantes com base no desdobramento de determinadas temáticas. A forma literária é a exposição em estilo de Prólogo do Evangelho de S. João<sup>16</sup>. Logo de início, a pessoa de Cristo entra em cena, aparecendo como Portador da palavra da Deus, comunicando-nos a *vida* divina, a *luz* divina, e o *amor* divino, fomentando a espiritualidade da união com Deus.

### *O Verbo na presença de Deus* (Jo 1,1-2)

A pré-existência do Verbo (em grego: *logos*) é definida em relação ao "princípio". O *Logos* não é mera idéia da mente criativa de Deus, mas é a expressão da essência divina na forma da pessoa do Verbo, através do qual Deus se autocomunica na vida trinitária e na obra da criação bem como na história da humanidade. Ora, a maneira característica da pessoa se expressar é através da "palavra", que se atualiza no ato da fala e que contém um objeto de comunicação. A relação entre o Verbo e Deus, na vida trinitária, consiste na união íntima sem ser absorvido, mas sim no sentido de identidade da natureza divina, mesmo havendo uma distinção real entre as

pessoas do Pai e do Filho. Ora, a união entre as pessoas divinas não é uma imanência rígida de Deus, mas é relacionada e participativa na doação em profusão de *amor*, porque o amor é a essência mais íntima de Deus (1Jo 4,8.16). Esse amor não é mera propriedade qualificativa da divindade, mas é constitutiva da plenitude de vida em Deus como comunidade de vida do Pai, do Filho e do Espírito Santo, que consolida esse amor por meio de uma hipóstase real na terceira pessoa da Trindade. A eternidade do Verbo é da essência da divindade e antecede o tempo da criação.

### *O Verbo na criação* (Jo 1,3-5)

Ao *Logos* é atribuído o papel de causa eficiente na obra da criação. A origem do mundo é efeito da palavra criadora de Deus e não de

uma matéria pré-existente seja como caos seja como somatório de partículas cósmicas. A segunda afirmação sobre a obra da criação é formulada em termos negativos: "*Sem ele nada foi feito de quanto existe*". Portanto, não se admite a coexistência de dois princípios irreduzíveis, isto é, um dualismo do bem e do mal, da luz e das trevas, da vida e da morte, do espírito e da matéria, mas desde o princípio só existe Deus.

**O caminho para o encontro com Deus não é, pois, afastamento do mundo ou ruptura, mas é um meio disponível para subir até o Criador. A relação do Verbo com a humanidade é expresso com o simbolismo da vida e da luz.**

<sup>16</sup>Este hino litúrgico foi inserido no Evangelho de S. João à guisa de "Prólogo" de todo o livro. Alguns versículos são acréscimos redacionais a título de amplificação temática e interpolação explicativa, como p.ex. vs. 6-8; 9; 12b-13; 15; 17-18.

Abre-se assim uma visão otimista do mundo. É o reconhecimento positivo de toda a realidade existente, havendo uma referência a Deus na existência de todas as criaturas, donde a possibilidade de remontar das coisas criadas às incriadas até divisar a Deus. O caminho para o encontro com Deus não é, pois, afastamento do mundo ou ruptura, mas é um meio disponível para subir até o Criador. A relação do Verbo com a humanidade é expresso com o simbolismo da *vida* e da *luz*.

### *O Verbo na história* (Jo 1,10-12)

O Verbo realiza a obra da redenção em prol da humanidade. O alcance da atividade visível e da história do Verbo encarnado estende-se a todos os indivíduos em âmbito mundial. São eles os destinatários da vida sobrenatural que lhes é conferida pelo Verbo Redentor. Sua obra de elevar os seres humanos ao estado de filhos adotivos de Deus é tão inovadora como a criação da raça humana pelo Criador, pois as origens da vida tanto natural como sobrenatural do homem remontam à intervenção divina. Desde a inserção do Verbo na história, entrando em contato com a situação do homem no mundo, surgiu na humanidade o desafio do acolhimento ou então da resistência ao *querigma*. Os "seus" mencionados aqui são os conterrâneos de Cristo e seus contemporâneos que não aderiram à fé cristã.

### *O Verbo na comunidade cristã* (Jo 1,14.16)

O Verbo assume uma existência histórica, participando dos grupos sociais, inicialmente muito pequenos, isto é, a família, o clã, a tribo e, depois, sempre maiores: povo, nação, país. Daí que o Verbo, ao fazer-se carne, ficou inserido no tecido social do seu, o povo israelita. A relevância desse evento é o fato de Deus se autocomunicar concretamente. Isso se explica no contexto da história da salvação, confrontando-se assim a revelação histórica na Bíblia com a revelação cosmológica das religiões não-

bíblicas. Acresce a isto a relação com a comunidade cristã: "*habitando entre nós*", porque Jesus Cristo não quis ser um herói solitário, mas o Mestre no meio dos seus discípulos. O motivo de os discípulos se tornarem ouvintes da Palavra de Deus não é para satisfazerem a curiosidade, mas para se familiarizarem com os desígnios divinos a respeito da humanidade. A expressão "*estabelecer a tenda*" evoca o itinerário de Jesus Cristo pelas regiões da Palestina, desde os povoa-

**... Jesus Cristo não quis ser um herói solitário, mas o Mestre no meio dos seus discípulos. O motivo de os discípulos se tornarem ouvintes da Palavra de Deus não é para satisfazerem a curiosidade, mas para se familiarizarem com os desígnios divinos a respeito da humanidade.**

dos mais remotos até Jerusalém, a capital religiosa e política do país. No percurso do caminho havia freqüentes contatos com os discípulos e diversos grupos sociais, aos quais Jesus pregava a mensagem da salvação. Neste contexto situa-se o "seguimento" de Cristo, ao se associarem os ouvintes ao grupo dos discípulos. Esses eram as testemunhas oculares dos

milagres, prodígios e sinais que comprovam a intervenção de Deus e manifestam a divindade do seu Filho. A "plenitude" dos bens espirituais está no Verbo Mediador, e nele só, como grandeza pessoal e também como tesouro em suas mãos para ser distribuído aos fiéis. No desempenho de sua função mediadora, o Verbo realiza a mediação de duas maneiras: através do movimento de cima para baixo, que procede do amor de Deus para conosco, passando pelo coração humano de Jesus, e através do movimento de baixo para cima, que parte do coração humano de Jesus, o Filho, em direção ao Pai.

S. João é, pois, o apóstolo da *vida em união com Deus*, no contexto da comunidade cristã. Embora os traços marcantes da espiritualidade sejam diferentes da dos Sinóticos e S. Paulo, há uma convergência fundamental na ação conjunta de Cristo Ressuscitado e na ação do Espírito Santo que são os agentes decisivos da vivência da vida sobrenatural nas comunidades de fé. Assim como nos Sinóticos e em S. Paulo, as abordagens refletem o desdobramento da vivência comunitária, da mesma forma encontra-se em S. João a motivação da vitalidade espiritual do cristão na união com Deus.

## Conclusão

Na espiritualidade bíblica, convergem em linhas concêntricas os dois princípios da *Eleição* divina e *Aliança* sagrada, no AT e NT. São esses os aspectos principais da autocomunicação de Deus elucidando quem Ele é o que Ele faz, e manifestando também os seus desígnios. A espiritualidade bíblica empresta um sentido altamente religioso à vivência da fé comunitária que não se restringe a um padrão unificado, mas abre um leque de experiências do Espírito que guiam e interpretam a existência humana no plano dos acontecimentos e das vicissitudes em que o cristão e a comunidade se vêem envolvidos. O traço marcante dessa experiência é a moção do Espírito que inspira a criatura humana a tender à perfeição.

---

**Luis Stadelmann, SJ.** Teólogo.  
Biblista. Professor de Bíblia

### Endereço do autor:

Cx. Postal 135  
88010-970 Florianópolis - SC  
E-mails: peluis@colegiocatarinense.g12.br  
lstadelmann@yahoo.com

### QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

- 1 - Que elementos da espiritualidade do Antigo Testamento apresentadas no artigo chamaram mais a sua atenção? Porque?
- 2 - Você pensa que a nossa catequese ajuda os cristãos/ãs a assumirem na sua vida cotidiana os elementos da espiritualidade que emerge dos textos do Novo Testamento?
- 3 - Que se pode fazer para ajudar as comunidades a crescerem na vivência da espiritualidade bíblica?

# Experiência de Deus no coração da vida

VINÍCIUS AUGUSTO R. TEIXEIRA, CM

Tema amplamente explorado<sup>1</sup>, a experiência de Deus continua no cerne da reflexão teológica e da espiritualidade, fecundando-lhes a relação intrínseca e estabelecendo pontes de diálogo e integração entre ambas. Neste esboço, queremos apontar para o lugar central da experiência de Deus na vida cristã, como fonte do seu dinamismo e horizonte de sua presença testemunhal e profética no coração da história. E como a mais genuína autocompreensão da Vida Consagrada reporta-nos sempre ao que é próprio da vocação cristã, haveremos de identificar-nos com as oportunidades e desafios que dimanam dessa busca constante, guiados por nossa sede do Sentido maior.

## I – Alguns pressupostos

### 1. Uma palavra sobre experiência

Parece não haver uma definição unívoca para o termo experiência. As aplicações são as mais diversas possíveis. Sabe-se, porém, que toda experiência possui uma dupla estrutura: seu conteúdo manifesta-se à consciência do sujeito que o acolhe (reflexividade) e o exprime por meio da linguagem, pela qual se realiza

como ser-com-os-outros no mundo<sup>2</sup>. Pela experiência, a pessoa se apropria de impressões, idéias, sentimentos e realidades que se apresentam ao seu intelecto, à sua afetividade e aos seus sentidos. Embora necessária ao saber e à ação, a experiência, em toda sua densidade, não se restringe a um conhecimento meramente teórico (racionalismo), nem mesmo ao resultado das aquisições corriqueiras da vida (empirismo). Da ratio deve-se passar à contemplatio, ou seja, à sabedoria do coração, que permite a identificação e o confronto com o conteúdo experimentado. *“Melhor que um simples conhecer, a experiência é pressentir, sentir, ressentir”*<sup>3</sup>. Assim, ela integra as potencialidades do ser humano sempre à procura de sentido para sua própria existência, para a história e para o cosmos.

*“A experiência é uma maneira de conhecer algo, não de forma teórica, mas prática. É conhecer a partir do interior. O conhecimento tem relação com a compreensão. A experiência é algo mais profundo porque envolve toda a pessoa, identificando-a ao conteúdo dessa experiência. Se esta for pouco consistente, a marca será fraca; se for importante, a influência será maior”*<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Alguns estudos merecem particular atenção, como, por exemplo, a rica coletânea de renomados autores: VV.AA. *Experimentar Deus hoje*. Petrópolis: Vozes, 1974.

<sup>2</sup> Cf. HERRERO, Javier. O homem como ser de linguagem. Um capítulo de Antropologia Filosófica. In: PALACIO, Carlos (org.). *Cristianismo e História*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 97.

<sup>3</sup> BARBOTIN, Edmond. Experiência. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de Teologia*. Trad. Paulo Menezes [et al.]. São Paulo: Paulinas / Loyola, 2004, p. 705.

<sup>4</sup> ALVAREZ, Javier. L'expérience de Dieu. Echos de la Compagnie, Paris, n. 2, mars/avril 2004, p. 101.

## 2. Da transcendência ao Transcendente

No âmbito da fé, o impulso de transcendência, que caracteriza fundamentalmente o espírito humano, não se contenta com experiências de admiração ou de encantamento, de euforia ou de auto-satisfação, de superação dos limites e das contingências que cerceiam o dinamismo existencial, ainda que tais experiências sejam autênticas e necessárias. "A transcendência é o que há de mais subjetivo e, ao mesmo tempo, o que há de mais objetivo", afirma o filósofo francês E. Mounier<sup>5</sup>. O ser transcendental, a pessoa humana, busca o Transcendente, que se revela como o totalmente Outro, aquele que, embora próximo, permanece sempre envolto na suave e fascinante penumbra do mistério (cf. Ex 3,5-6). "O homem é fundamentalmente auto-transcendência, pergunta e necessidade permanente de se superar para avançar em direção ao absoluto, abertura em direção à, interrogação não resolvida"<sup>6</sup>. Como busca de alteridade, o salto de transcendência tem um horizonte e uma meta. E o ápice desse

percurso não é outro senão um encontro pessoal com Alguém capaz de devolver à vida seu mais lídimo significado, reintegrando os pólos da existência e harmonizando **consciência, vontade, sentimento e ação**. Deste modo, a pessoa passa a desejar Aquele que conhece e a orientar todo o seu empenho vital na direção Daquele que deseja. Há, portanto, uma íntima relação entre a autocompreensão do ser humano e a revelação de Deus<sup>7</sup>. Tal parece ser o pano de fundo da última resposta de Jó a Iahweh, reveladora de sua nova percepção da realidade de Deus e do fascínio provocado nele pelo mistério que resignificou sua vida: "Eu te conhecia só de ouvir, mas agora meus olhos te vêem" (Jó 42,5). Em outras palavras, não é suficiente experimentar o Sagrado, no âmbito das potencialidades simbolizantes do homem religioso, situado entre o fascínio e o temor do que se lhe manifesta como mistério. Trata-se, na verdade, da experiência do Sentido absoluto e radical, ao mesmo tempo presente e transcendente, experiência única e intransferível, que acompanha todo o percurso da vida e que se espalha para além dela, mostrando-se

<sup>5</sup> MOUNIER, Emmanuel. Introdução aos existencialismos. Trad. João Bernard da Costa. Lisboa: Morais, 1963, p. 236. Karl Rahner ajuda-nos a avançar nessa compreensão dialética da transcendência: "O lado mais objetivo da realidade salvífica é ao mesmo tempo e necessariamente o mais subjetivo, a intimidade do sujeito espiritual com Deus e por Deus mesmo. O que seja a graça, para não exprimi-la por um verbalismo de ressonância mitológica e que não ateste experiência alguma, pode ser entendido somente a partir do sujeito, de sua transcendentalidade e da experiência da mesma, como contato com a realidade da verdade absoluta, como amor libertado para o valor infinito e absoluto, como intimidade com o mistério absoluto de Deus, numa palavra: como realização absoluta, rumo a Deus, da transcendentalidade do homem, tornada possível por Deus mediante autocomunicação" (RAHNER, Karl. Reflexões fundamentais sobre a antropologia e a protologia no conjunto da teologia. In: *Misterium Salutis II/2*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 6).

<sup>6</sup> FORTE, Bruno. *Na memória do Salvador*. Exercícios espirituais. Trad. Antônio Maia da Rocha. Lisboa: São Paulo, 1994, p. 11.

<sup>7</sup> Afirma Rahner: "Sempre se tratou de elucidar uma correspondência interna mútua entre a autocompreensão do homem (capacidade de receber a salvação) e a realidade da revelação que lhe é endereçada" (RAHNER, 1972, p. 6).

incomparavelmente superior à soma dos sentidos parciais que vamos apreendendo ao longo do nosso caminho<sup>8</sup>.

## II – Experimentar Deus no Seguimento de Jesus

Para os cristãos, Jesus Cristo, “Imagem do Deus invisível” (Cl 1,15), constitui o caminho pelo qual nos é dado experimentar Deus. Ele é o “ápice da autocomunicação de Deus ao mundo”<sup>9</sup>, o Revelador e o próprio conteúdo da revelação. “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida – disse Jesus – Ninguém vai ao Pai senão por mim. Se me conheceis, também conhecereis meu Pai. Desde agora o conheceis e o vistes” (Jo 14,6)<sup>10</sup>. Ele, o enviado do Pai, envia-nos o Espírito Santo, que nos faz participar da vida divina e perscrutar os sinais da sua constante e amorosa presença na criação (cf. Jo 14,15-17). A vida cristã nasce e nutre-se dessa experiência fundante. Experimentar Deus no seguimento de Jesus Cristo consiste em fazer dessa experiência o núcleo

**Para os cristãos, Jesus Cristo, “Imagem do Deus invisível” (Cl 1,15), constitui o caminho pelo qual nos é dado experimentar Deus.**

---

estruturante da vida, a norma suprema do agir, o critério que precede todas as decisões e escolhas. Vale recordar a célebre sentença de Karl Rahner: “O cristão do futuro ou será místico, ou não será cristão”, entendendo por mística “uma experiência de Deus autêntica que brota do interior da existência”<sup>11</sup>.

A singular experiência de Deus realizada por Jesus de Nazaré no coração da sua existência será sempre a fonte perene da espiritualidade cristã. A vida, as palavras, os gestos, a indescritível confiança de Jesus no Pai (*Abbá*) e seu amor incondicional aos irmãos e irmãs apontam para Deus como para o sentido radical da vida e para o Reino como para sua concretização histórica. Na linha daqueles que o precederam nos caminhos da vocação profética, Jesus não apenas denuncia a utopia de um outro mundo possível, mas, a partir dos pequenos e pobres, mostra-o incipiente e palpitante na vida de cada dia: “O Reino de Deus está no meio de vós” (Lc 17,21). Nas mais diversas circunstâncias e realidades, Jesus vai captando a vontade do Pai e interpretando seus apelos para si e para os outros

<sup>8</sup> Sobre a distinção entre experiência religiosa e experiência de Deus e a interpenetração entre ambas, cf. VAZ, Henrique C. de Lima. A Experiência de Deus. In: VV.AA, 1974, p. 81-86.

<sup>9</sup> RAHNER, 1972, p. 10.

<sup>10</sup> Convém trazer à memória um trecho da descrição da cristologia trinitária elaborada por Bruno Forte: “Só n’Ele [Jesus Cristo] a Trindade se nos comunica e somos revelados pela Trindade. Cristo é o Mestre porque é a voz da Trindade para nós e a nossa voz para a Trindade. Cristo é a porta através da qual a Trindade passa para nós e nós para a Trindade. Cristo é o caminho que nos leva à Trindade e através do qual a Trindade passa para nós. Cristo é a vida, porque n’Ele a vida da Trindade corre em nós e a nossa pobre vida corre na vida da Trindade eterna de Deus” (FORTE, 1994, p. 16).

<sup>11</sup> RAHNER, Karl apud LIBANIO, João Batista. *A religião no início do milênio*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 21.

(cf. Mt 7,21-28). Ele não nos transmite uma doutrina metódica sobre a bondade e a misericórdia de Deus, mas prefere mostrá-la sendo ele mesmo bondoso e misericordioso para com todos, especialmente para com aqueles que estão caídos à beira do caminho, desamparados religiosa, econômica e socialmente (cf. Lc 10,29-37). Seu modo de ser e atuar traduz a profundidade de sua experiência de Deus e revela o quanto Deus nos ama, convidando-nos a participar da comunhão trinitária.

## 1. O fascinante mistério da gratuidade

O Deus de Israel, anunciado pelos profetas e plenamente revelado por Jesus de Nazaré, manifesta-se continuamente na história e na vida concreta de cada ser humano. O mundo inteiro está encharcado da amorosa presença de Deus.

*“Deus como criador está sempre em casa no mundo, de modo que não necessita fazer nenhuma violência, nenhuma ‘intervenção’ para comunicar-se. Só um Deus assim transcendente pode estar de modo fundamental imanente ao mundo, de modo que não precisa ‘vir de fora’. O caminhar do mundo na sua autonomia não se*

*contrapõe à presença de Deus, já que ela permeia toda a criação”<sup>12</sup>.*

A revelação de Deus não se confunde com uma manifestação ocasional, induzida, vinculada ao extraordinário, uma intervenção realizada de fora para dentro, sem levar em conta o ritmo e a ordem que ele mesmo estabeleceu para sua criação. *“Por ser transcendente, significa que tudo penetra e está presente em tudo. A Ele nunca vamos. Dele nunca saímos. Sempre estamos nele. Embora dentro, Ele está sempre para além de tudo”<sup>13</sup>.* Em seu movimento de revelação, Deus se adapta aos seres humanos<sup>14</sup>. A ação divina é essencialmente **livre, gratuita, não-manipulável, permanente e contínua**. Ainda que sua presença não seja advertida, aos olhos da fé, não há quem não seja envolvido pela brisa suave do cuidado de Deus (cf. 1Rs 19,12). *“Tu me envolves por trás e pela frente, e sobre mim pões a tua mão”* (Sl 139,5). Sua manifestação não está condicionada às atitudes e favores humanos. Num mundo capitalista, dominado pela lei do mercado, alheio ao valor da gratuidade, torna-se cada vez mais desafiador compreender o mistério do amor de Deus que se manifesta como puro dom. Com efeito, o mais cético dos ateus e o mais austero dos ascetas, o mais pragmático dos materialistas e o teólogo mais versado na iniciação ao

<sup>12</sup>LIBANIO, João Batista. *Teologia da Revelação a partir da modernidade*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1995, p. 17.

<sup>13</sup>BOFF, Leonardo. *Experimentar a Deus hoje*. In: VV.AA., 1974, p. 128.

<sup>14</sup>O Concílio Vaticano II nos introduz no mistério da revelação divina com estas palavras: *“Aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cf. Ef 1,9), mediante o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso no Espírito Santo ao Pai e se tornam participantes da natureza divina (cf. Ef 2,18; 2Pd 1,4). Em virtude dessa revelação, Deus invisível (cf. Cl 1,15; 1Tm 1,17), no seu imenso amor, fala aos homens como a amigos (cf. Ex 33,11; Jo 15,14-15) e conversa com eles (cf. Br 3,38), para os convidar e admitir a participarem da sua comunhão”* (CONCÍLIO VATICANO II. Constituição dogmática *Dei Verbum* sobre a Revelação Divina. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997, n. 2).

mistério, todos são chamados a participar da sinfonia do amor divino, em comunhão com toda a criação. Deus não nos ama porque somos bons ou porque o reconhecemos, mas porque ele é bom e quer fazer-se muito próximo de nós para comunicar-nos a alegria da salvação. A *oração para obter a inteligência do silêncio de Deus*, composta pelo filósofo S. Kierkegaard, ajuda-nos a descobrir o mistério da gratuidade divina:

*“Não permitas que nos esqueçamos: Tu falas, mesmo quando estás calado. Dá-nos esta fé, quando estivermos à espera da Tua vinda. Tu calas por amor e por amor falas. Assim é no silêncio, assim é na palavra. Tu és sempre o mesmo Pai, o mesmo coração paterno, e guia-nos com a Tua voz e ensina-nos com o Teu silêncio”<sup>15</sup>.*

## 2. Diálogo de liberdades

A experiência de Deus supõe uma identificação vital e uma relação dialógica entre duas liberdades: **a iniciativa divina e o acolhimento por parte do ser humano**. Para ser autenticamente humana, a experiência de modo algum pode prescindir da participação consciente, livre e responsável da pessoa. *“A experiência é, ao mesmo tempo, recepção e criação, acolhida e espontaneidade em proporções*

*infinitamente variáveis”<sup>16</sup>*. Ainda que varie de acordo com a intensidade e a abrangência e nem sempre possa ser explicitada ou tematizada, a experiência precisa levar em conta as duas vias mestras que a constituem:

1. **A iniciativa de Deus**. É Deus que se revela ao ser humano, fazendo da realidade uma transparência da sua presença. O Transcendente habita o imanente, sem jamais circunscrever-se a ele<sup>17</sup>. Sua manifestação é permanen-

te e inteiramente gratuita, uma vez que não se mede pelos critérios da reciprocidade.

2. **O acolhimento** igualmente gratuito da parte do ser humano que, mais cedo ou mais tarde, identifica a presença de Deus e se abre à sua ação permanente, tal como o patriarca Jacó que, despertando do seu sonho, exclamou: *“Na verdade, Iahweh está neste lugar e eu não sabia”* (Gn 28,16).

Essa acolhida não se reduz a uma percepção intelectual da manifestação de Deus e muito menos a uma sistematização conceitual da sua ação no mundo. Consiste, na verdade, em apropriar-se gradativamente da revelação de Deus no cotidiano, identificando-o em seu movimento de proximidade misericordiosa e entrevedendo sua presença em meio aos acontecimentos e fatos da vida. *“Para fazer experiência de Deus não precisamos procurá-lo fora da nossa própria vida, basta apenas nos debruçarmos*

<sup>15</sup> KIERKEGAARD, S. apud FORTE, 1994, p. 7.

<sup>16</sup> BARBOTIN, 2004, p. 706.

<sup>17</sup> Cf. BOFF, 1974, p. 131-134.

sobre a nossa própria vocação”<sup>18</sup>. E como o acolhimento traz consigo a necessidade da abertura, a percepção da manifestação de Deus desperta o coração humano para novas adesões e rupturas, para uma metanoia, a fim de conduzi-lo no caminho da verdadeira realização humana, cujo horizonte é a participação no amor trinitário que se desdobra na história, sempre ultrapassando-a.

*“Deus está no âmago da vida, ajuda-a, suscita-a, dá-lhe o impulso que a afasta, o apetite que a atrai, o crescimento que a transforma. Eu O sinto, eu O apalpo, eu O “vivo”, na corrente biológica profunda que circula em minha alma e a arasta consigo (...). Quanto mais mergulho em mim, mais encontro Deus no âmago do meu ser; quanto mais multiplico as conexões que me ligam às Coisas, mais estreitamente Deus me circunda. Ele que prossegue em mim a obra da Encarnação de seu Filho, tão longa quanto a totalidade dos séculos”<sup>19</sup>.*

A figura modelar de São Vicente de Paulo serve-nos de inspiração. Seu itinerário espiritual se desenvolve a partir da progressiva percepção da realidade de Deus em sua própria vida, nas inquietações dos seus contemporâneos, no caminho missionário de suas fundações, nos

dramas individuais e coletivos dos pobres do seu tempo. Essa experiência dinâmica, fundada numa visceral identificação com Jesus Cristo, foi explicitada por São Vicente em diversas ocasiões, através dos seus escritos e conferências. *“Esta é a minha fé, esta é a minha experiência”* (SV II, 282), repetia com insistência<sup>20</sup>. A fé permite reinterpretar as experiências vividas no presente e no passado, perscrutando nelas a voz e o silêncio de Deus (cf. 1Sm 3,10). A consciência da presença de Deus na vida permite resignificar as experiências concretas. Desse modo, a crise pode se transformar em oportunidade de crescimento, o fracasso em escola de perdão e caminho de conversão pessoal e comunitária, a experiência de admiração, de

alegria e êxito em louvor e ação de graças, a superação dos limites em estímulo para progredir na santidade, na justiça, no bem. Só à luz da fé, a experiência de transcendência pode se tornar experiência do Transcendente, do Deus pessoal, revelado por Jesus Cristo, que reverte a desintegração causada pelo pecado e conduz

**A fé permite reinterpretar as experiências vividas no presente e no passado, perscrutando nelas a voz e o silêncio de Deus (cf. 1Sm 3,10).**

à verdadeira liberdade no amor, estimulando a consciência de si. *“Deus não é um objeto qualquer ao lado de outros no campo apriorístico da experiência do homem, mas é origem primeira e o futuro absoluto de toda a realidade; como tal, porém, somente pode ser apreendido como o ponto absoluto para o qual rumo a transcendentalidade*

<sup>18</sup> ALVAREZ, 2004, p. 105.

<sup>19</sup> CHARDIN, Pierre Teilhard de. *Reflexões e orações no Espaço-Tempo*. Trad. Pedro Secondi. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 16-17.

<sup>20</sup> Cf. também: SV I, 78, 116; II, 282, 459.

do homem"<sup>21</sup>. Dom Luciano Mendes de Almeida (1930-2006), mestre espiritual dos nossos dias e pastor solícito de uma Igreja pobre, missionária e pascal, consignou, certa vez, em poucas palavras, a impressionante largueza de sua experiência de Deus: "No mais profundo da consciência, nunca senti o vazio nem a escuridão. Deus sempre estava presente, confiante de todas as horas, sustentando a esperança e dando a paz"<sup>22</sup>.

### 3. Caminhos de aprofundamento da experiência de Deus

Poder-se-ia perguntar, agora, quais são os caminhos de aprofundamento e explicitação da experiência de Deus. De diferentes maneiras, Deus se revela por meio da sua criação, mas particularmente por meio de tudo aquilo que é verdadeiramente humano. A experiência de Deus encerra uma experiência histórica e comporta a autocompreensão do ser humano situado num determinado contexto<sup>23</sup>. Sem a ilusória pretensão de esgotar as mediações da experiência humana de Deus, acenamos brevemente para quatro lugares privilegiados

**De diferentes maneiras,  
Deus se revela por meio  
da sua criação, mas  
particularmente por  
meio de tudo aquilo que  
é verdadeiramente  
humano.**

da manifestação divina. Cada um desses lugares pode tornar possível o prolongamento da experiência na trama da vida concreta, pois, como lembra Mounier, "se a pessoa se cumpre na realização de valores infinitamente longe situados, é, no entanto, chamada a atingir o extraordinário no próprio centro

da vida cotidiana"<sup>24</sup>.

**A) A consciência** constitui o refúgio último do agir humano. Dela provém o caráter nonmativo da subjetividade. Mostra-se como a presença de si a si mesmo, com seus limites e alcances, que se deixa questionar e aperfeiçoar por suas relações externas. A consciência, quando orientada pelo bem maior, conduz o ser humano à sua própria verdade e à verdade de Deus, ajuda-o a descobrir-se como pessoa capaz de encontrar a realização no amor a partir da experiência de ter sido amado primeiro (cf. 1Jo 4,11).

**B) A oração**, que se traduz numa atitude de total confiança e de escuta atenta do silêncio de Deus, conduz o ser humano ao seu núcleo mais íntimo. Com efeito, "nós podemos encontrá-lo somente porque ele quer nos encontrar, porque está presente e espera que também nós estejamos prontos para encontrá-lo"<sup>25</sup>.

<sup>21</sup> RAHNER, 1972, p. 8.

<sup>22</sup> ALMEIDA, Luciano Mendes de. *Lições da Vida*. Folha de São Paulo, 07/10/2000, p. A 2.

<sup>23</sup> Vale trazer à memória a constatação de Rahner: "Se o homem, em razão de sua transcendência, é o ser voltado perene e excentricamente para Deus e, conseqüentemente, ele é a possível alteridade de Deus, segue-se que o lugar universal de toda a teologia é a antropologia" (RAHNER, 1972, p. 6).

<sup>24</sup> MOUNIER, Emmanuel. *O Personalismo*. Trad. João Bernard da Costa. Lisboa: Moraes, 1964, p. 115-116.

<sup>25</sup> GRÜN, Anselm. *A oração como encontro*. Trad. Renato Kirchner e Jairo Ferrandin. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 25.

Se vivida como encontro, a oração, em sua dimensão de dom, desperta para uma nova consciência de si e do mundo, fazendo-nos superar imagens caricaturais do Deus revelado por Jesus Cristo<sup>26</sup> e levando-nos à contínua redescoberta do seu amor que nos chama a colaborar com ele na gestação de um futuro mais promissor para os pequenos e pobres. Uma autêntica experiência de Deus trará como consequência uma nova maneira de orar, cujo ponto de partida será a convicção de que o Espírito que habita em nós

como num templo é o mesmo Espírito que preside a marcha da história e que nos impele a construir um mundo novo. Foi o que aconteceu com os primeiros discípulos de Jesus: quando começaram a descobrir o rosto de Deus que transparecia em sua palavra e em sua vida, não hesitaram em pedir: "Senhor, ensina-nos a orar (Lc 11,1). E Jesus quis introduzi-los na intimidade de Deus, ensinando-lhes a chamá-lo *Abbá* e a reconhecê-lo como aquele que se

**A oração, que se traduz numa atitude de total confiança e de escuta atenta do silêncio de Deus, conduz o ser humano ao seu núcleo mais íntimo.**

---

compraz unicamente em amar misericordiosamente.

**C) O outro** é o espelho no qual vemos projetada a nossa própria imagem. Em sua singularidade, o outro interpela e atrai, desconcerta e anima. Na alteridade, esconde-se uma manifestação de Deus que nos convida à descoberta da riqueza do diferente e do valor do diálogo para a configuração do ser humano<sup>27</sup>. Como assegura A. Grün, "o homem chega a si mesmo somente no encontro com o tu, com o tu do homem, mas também com o tu de Deus. O encontro é um acontecimen-

to que transforma aqueles que se encontram (...). Em um encontro verdadeiro, chego sempre ao mistério da minha própria vida, ao mistério do outro e ao mistério de Deus"<sup>28</sup>.

**D) Os acontecimentos.** Compreender a realidade como lugar da revelação de Deus é tarefa indispensável para os dias atuais. O Papa João XXIII, com lucidez profética, convocava a Igreja a abrir os olhos diante dos "sinais dos tempos" para descobrir neles os apelos de Deus<sup>29</sup>. Importa, portanto, assumir

<sup>26</sup>No tocante às diferentes formas de ver Deus, a ninguém escapa o risco de projeções subjetivas e imagens caricaturais. Uma consistente exemplificação pode ser encontrada em: CALIMAN, Cleto. Experiência de Deus ontem e hoje. Revista de Catequese, São Paulo, n. 27, 1984, p. 27. A. T. Queiruga, com instigante lucidez teológica, desperta para a imperiosa necessidade de repensar continuamente nossas imagens de Deus, certos de que qualquer tentativa terminará mostrando sua insuficiência diante de mistério tão sublime: cf. QUEIRUGA, Andrés Torres. *Um Deus para hoje*. Trad. João Rezende Costa. 3ª ed. São Paulo: Paulus, 2006, p. 11-30.

<sup>27</sup>Cf. COMBLIN, José. *Os interrogantes da Vida Religiosa no século XXI*. Convergência, Rio de Janeiro, ano XXXIX, n. 370, mar. 2004, p. 91.

<sup>28</sup>GRÜN, 2001, p. 24.

<sup>29</sup>JOÃO XXIII. *Pacem in terris*. In: *Documentos de João XXIII*. São Paulo: Paulus, 1998, nn. 39-45.75-79. 125-128. 141-144.

a atitude contemplativa da Mãe de Jesus, ela "que conservava cuidadosamente todos os acontecimentos e os meditava em seu coração" (Lc 2,19). Também São Vicente soube escutar as interpelações de Deus na realidade de pobreza que o cercava: "A vontade de Deus não pode

ser melhor conhecida senão através dos acontecimentos que chegam para nós, sem que os tenhamos pedido" (SV V, 453). A experiência de Deus no âmago dos acontecimentos supõe e sustenta o engajamento total da pessoa, seu ser e seu agir, sua reflexão e sua liberdade, no esforço de resignificar a história, transformando-a pelos valores do Reino. Ademais, sintoniza-nos com as inquietações e anseios do nosso tempo, configurando nossa vida e missão na Igreja e no mundo.

#### **4. O desafio da experiência de Deus hoje**

Permanece o desafio de aprofundar e explicitar a experiência de Deus no coração da vida cotidiana, a partir dos desafios e condicionamentos da nossa época. Nos dias atuais, faz-se necessário recolocar o tema da experiência de Deus, situando-o no contexto da modernidade tardia e do recrudescimento da secularização, com seu paradoxal surto religioso. "De dentro do anúncio da morte da religião e da

**"A vontade de Deus não pode ser melhor conhecida senão através dos acontecimentos que chegam para nós, sem que os tenhamos pedido" (SV V, 453).**

---

secularização em avanço, brota o rebento robusto e cheio de vida das mais diferentes expressões religiosas"<sup>30</sup>. Assistimos à emergência de um novo fenômeno religioso, desvinculado das instituições, provocado pela descoberta da insuficiência de ideologias e sistemas, tais como o

subjetivismo hedonista e o projeto neoliberal, e revelador da incessante sede de transcendência do ser humano e de uma latente sensibilidade religiosa. Permanece atual a clarividente constatação do Padre Lima Vaz:

*"No momento em que as Igrejas cristãs perdem o privilégio que lhes pertenceu até agora, ao menos na cultura ocidental, de alimentar e gerir o campo da experiência religiosa ou o domínio do Sagrado, a vida cristã se vê forçada a refletir sobre a estrutura autêntica da experiência de Deus e sobre a originalidade da forma cristã dessa experiência, como experiência de fé. Estabelecer uma relação necessária entre a experiência humana de Deus como experiência do Sentido radical e a experiência cristã de Deus como experiência de sua Presença na linguagem da fé em Jesus Cristo: eis, a nosso ver, um dos problemas mais decisivos que se apresentam à vida espiritual do cristão no mundo de hoje, mundo dividido e confuso entre a razão operacional das ciências e das técnicas e a extraordinária proliferação de*

<sup>30</sup> LIBANIO, 2002, p. 11.

*novas formas de experiência do Sagrado – de experiência religiosa – que irrompem vigorosamente à margem das enormes clareiras que a razão vai abrindo nos mistérios do universo e do homem*<sup>31</sup>.

Frente a esse quadro sócio-cultural, resta-nos descobrir quais são as realidades, situações e expressões que parecem esconder de nós o rosto de Deus. Unidos a nossos contemporâneos, exclamamos com o salmista: “*É tua face, Senhor, que eu procuro, não me escondas a tua face*” (Sl 27,9). J.B. Libanio, em seu tratado de Teologia Fundamental, fala de dois caminhos que nos permitem aproximar-nos da revelação. O primeiro é o que supõe o conhecimento e o acolhimento da revelação positiva de Deus na fé, a partir da qual se pode perguntar por seus fundamentos e enfrentar os problemas do momento cultural presente. O segundo caminho considera como

ponto de partida as próprias experiências humanas para conduzir o interlocutor à soleira da revelação, potencializando a dimensão transcendental do seu espírito. A partir de uma reflexão transcendental, poder-se-ia mostrar que o ser humano se constitui essencialmente na esperança situada de um encontro pessoal com o Mistério que o ultrapassa, de tal modo que a revelação de Deus tenha relevância ética para o homem moderno<sup>32</sup>.

Intensificando e explicitando nossa experiência de Deus, através do serviço generoso e

da oferta sincera de nós mesmos, testemunharemos sua gratuidade amorosa e poderemos contribuir para que outros descubram a fascinante alegria de percorrer as sendas do mistério, identificando o rosto do Deus de Jesus Cristo na vida pessoal e na história. Está é, em suma, a mais expressiva contribuição que podemos oferecer às pessoas: despertar para a perene novidade do amor de Deus que nunca se ausenta, suscitando atitudes de abertura e acolhimento à Graça e promovendo um estilo de vida mais humano, uma nova práxis que colabore para a construção de uma história alicerçada nos valores do Evangelho.

**... Esta é, a mais expressiva contribuição que podemos oferecer às pessoas: despertar para a perene novidade do amor de Deus que nunca se ausenta ...**

Concluímos, reafirmando o lugar indispensável da experiência de Deus na vida cristã como fonte do seu dinamismo. De fato, o modo de ser e de atuar do cristão se desenvolve em torno do acolhimento da revelação divina como em círculos concêntricos.

Quanto maior a irradiação da experiência na concretude da vida, maior a possibilidade de reler os acontecimentos à luz da fé e enfrentar os inevitáveis desafios com serenidade e audácia. Em meio às sombras da história, caminhamos vigilantes, com as lâmpadas acesas (cf. Mt 25,1-13), movidos por nossa insaciável sede. O ícone evangélico dos discípulos de Emaús permite-nos compreender a ressonância humanizadora e comprometedora da experiência de Deus. Ao reconhecerem o Senhor no gesto de partir o pão, os discípulos

<sup>31</sup>VAZ, 1974, p. 88-89.

<sup>32</sup>Cf. LIBANIO, 1995, p. 26-27.

passaram a reinterpretar tudo o que tinha acontecido no caminho percorrido ao lado daquele peregrino até então desconhecido: "Não ardia o nosso coração quando ele nos falava pelo caminho, quando nos explicava as Escrituras?" (Lc 24,32). E voltaram imediatamente para Jerusalém, a fim de compartilhar com os outros a alegria experimentada no encontro com o Ressuscitado. O caminho da tristeza e da desolação havia se transformado em caminho da alegria verdadeira; a noite escura do fracasso e da morte havia sido dissipada pelo amanhecer sem ocaso da Páscoa.

*"Ó insondável Mistério, que Te escondes, quanto Te revelas, e comunicando-nos o*

*Teu amor suscita em nós a sede ardente de Ti, dá-nos a fidelidade na procura, a ânsia da descoberta, a suave consolação de já Te possuir, Tu, que és o único que realmente nos possuis, Deus da nossa vida, Senhor da nossa alma. Amém. Aleluia!"<sup>33</sup>.*

---

**Vinícius Augusto R. Teixeira, CM**  
Estudante de Teologia

**Endereço do autor:**

Avenida Artur Guimarães, 1112 - Santa Cruz  
31150-690 Belo Horizonte-MG  
E-mail: [viniciusrteixeira@ig.com.br](mailto:viniciusrteixeira@ig.com.br)

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1 - Como recriar na vida cotidiana a prática de Jesus em sua relação com o Pai?
- 2 - Que se pode fazer para ajudar as pessoas e as comunidades a crescerem na experiência da gratuidade do amor de Deus?
- 3 - Dos caminhos para o aprofundamento da experiência de Deus indicados no texto, quais lhe parecem mais adequados para ajudar a você e sua comunidade no seu processo de seguimento de Jesus?

---

<sup>33</sup> FORTE, 1994, p. 89.



CRB

Impresso  
Especial

9912174480/2007 - DR/RJ

Conferência dos Religiosos  
do Brasil

...CORREIOS...

## Quadro Programático da CRB 2004-2007

### HORIZONTES

1. Uma espiritualidade evangélica que potencialize para o testemunho da partilha, para a profecia e anúncio missionário, e para acolher as mudanças necessárias, frente aos novos tempos.
2. Vida Consagrada como sinal do Reino de Deus na opção preferencial, audaciosa, solidária e transformadora pelos empobrecidos e excluídos.
3. Afirmação da identidade da Vida Consagrada no seu compromisso e missão com a causa da justiça, da paz, da reconciliação, sendo esperança para a vida do mundo, no seguimento de Jesus.
4. Vida Consagrada como espaço de novas relações, particularmente de gênero, de etnias, de gerações e ecológicas.

### PRIORIDADES

1. Avançar na construção de alianças intercongregacionais na formação, missão, projetos comuns, e em parcerias com organizações afins.
2. Dinamizar o processo formativo para ser presença profética e testemunho de esperança diante dos desafios da realidade de hoje.
3. Assumir as interpelações das novas gerações em seus dinamismos, exigências e potencialidades.
4. Incentivar a vida fraterna e sororal em comunidade como espaço de testemunho evangélico, na interculturalidade.
5. Cultivar uma mística enraizada na Palavra de Deus como fonte de coragem para responder aos desafios atuais.
6. Resgatar de forma criativa a inserção em meios populares, bem como a missionariedade em regiões carentes, no mundo urbano, *ad gentes* e em realidades emergentes.

### REALCES

1. Potencializar uma formação humanizante com particular atenção aos desafios atuais e questões de identidade, liderança, poder e relações na Vida Consagrada.
2. Fomentar uma economia solidária e partilha de recursos humanos e materiais, em vista de um testemunho mais efetivo.
3. Buscar a comunhão com a CNBB, a integração com a CLAR e o diálogo com as novas formas de Vida Consagrada.
4. Cultivar a consciência crítica e o discernimento evangélico que tornem a Vida Consagrada capaz de posicionar-se com determinação diante das situações de injustiça na sociedade.
5. Dar prosseguimento ao processo de sensibilização da Vida Consagrada para questões emergentes, de modo particular vindas da juventude e as novas formas de animação vocacional.
6. Ajudar as congregações e institutos em suas análises institucionais, em vista da refundação.